



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Instituto de Ciências Humanas – IH

Departamento de História - HIS

Monografia de Conclusão - Curso de Graduação

Professor Orientador: Dr. Mateus Gamba Torres

Vida Candanga: os trabalhadores na construção de Brasília e o massacre da GEB de 1959 - a memória como um campo de disputas.

André Filipe de Oliveira Fernandes

Brasília

2018

ANDRÉ FILIPE DE OLIVEIRA FERNANDES

Vida Candanga: os trabalhadores na construção de Brasília e o massacre da GEB de 1959 - a memória como um campo de disputas.

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado/bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Mateus Gamba Torres

Brasília – DF, 11 de Dezembro de 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mateus Gamba Torres (HIS – UnB)

Prof. Dr.. André Pereira Leme Lopes (HIS - UnB)

Prof. Dr. Daniel Faria (HIS - UnB)

Primordialmente dedico esse trabalho à Deus que esteve ao meu lado durante todo o meu percurso acadêmico e me proporcionou chegar até aqui. Agradeço grandemente ao meu pai Flávio Santana Fernandes, Minha mãe Silvia de Oliveira Fernandes, minha Irmã Fabiana de Oliveira Fernandes e a minha namorada Myllena Ferreira Lima, que durante toda a fase de elaboração deste presente trabalho esteve do meu lado, me dando forças para finalizá-lo. Gostaria também, de agradecer ao meu Orientador Mateus Gamba Torres que em nenhum momento se absteve de me ajudar, pelo contrário, sempre me atendeu prontamente em todas as ocasiões.

RESUMO

Esta pesquisa aborda a vida dos trabalhadores que vieram construir a então nova capital do país nos anos 1950. Trabalhadores de todas as partes do Brasil viveram em condições de vida precária com jornadas de trabalho que duravam de 14 a 16 horas por dia. Nessa realidade não divulgada pela memória oficial diversos acontecimentos pouco divulgados tomaram parte desse cotidiano. Dentre eles nos deteremos no massacre que aconteceu no acampamento da construtora Pacheco Fernandes Dantas no dia 8 de Fevereiro de 1959. O episódio é rodeado de diversas especulações quanto ao número de mortos, além de ser um palco de disputa entre a memória oficial que tenta sufocar a dos *candangos* que tem como arma apenas os seus depoimentos orais sobre o acontecido. Brasília é comumente conhecida por seus traços modernos, além de ter sido o sonho de diversas gerações de políticos e personalidades, que somente pôde ser concretizado durante o governo de Juscelino Kubitschek com o lançamento da Meta- Síntese em seu plano de desenvolvimento para o país. O massacre mancha a imagem imaculada da Capital e por isso foi rapidamente abafado e esquecido pelo tempo. Dessa forma, foi objetivo desse trabalho tirar essa memória do esquecimento e confrontá-la com a hegemônica.

PALAVRAS-CHAVE: Massacre, Capital Federal, Construção de Brasília, Disputa de memórias.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO 1 – BRASÍLIA: SEU SURGIMENTO E CHEGADA DOS CANDANGOS.....	12
1.1 Brasília: de sua idealização à concretização.....	12
1.2 Visão do candango sobre a nascente capital.....	15
1.3 A vida do trabalhador nos canteiros de obra: da visão oficial x operário	17
CAPÍTULO 2: MASSACRE DA PACHECO FERNANDO DANTAS EM 1959.....	24
2.1 Criação e características da GEB	24
2.2 O Massacre	26
2.3 A disputa de memórias	31
2.4 Olhar oficial sobre o acontecido	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	41
FONTES:	44

INTRODUÇÃO

Dentre os planos de metas de JK, Brasília foi um dos feitos que recebeu grande destaque devido à sua magnitude. A construção de uma nova capital fez parte do projeto nacional- desenvolvimentista criado por Juscelino com o discurso de expandir a industrialização e tirar o país do subdesenvolvimento. De acordo com Nair Bicalho,

A nova orientação governamental colocava o Estado como instrumento de uma política econômica voltada para alcançar um crescimento acelerado da economia, a partir de um processo crescente de internacionalização. Esta política de apoio ao setor privado internacional e à indústria de bens de capital foi reforçada por investimentos públicos nas áreas de infra-estrutura e da indústria de base. Brasília configurava portanto, a metasíntese do projeto desenvolvimentista, combinando a proposta de desenvolvimento com a de integração nacional (SOUSA, 2014, p. 5).

Segundo os planos de JK, a capital federal no centro do país facilitaria a expansão da industrialização e do desenvolvimento em locais que estavam mais distantes dos grandes centros. De acordo com Junior (2008), a demanda de mão de obra da construção civil “geraria uma imensa quantidade de empregos e essas demandas foram supridas pela enorme quantidade de trabalhadores rurais, pouco qualificados, advindos principalmente das regiões do nordeste a procura de uma melhor condição de vida.”

Em 1956, Hermes Teixeira (1996) nos relata sobre boatos que se passaram no campo sobre a construção de uma grande cidade: Brasília. Com a construção da nascente capital liderada pelo governo JK, o planalto central passou a ser considerada a resolução de dos problemas financeiros que permeavam a população majoritariamente rural. Nos meios de comunicação especialmente através de rádio e Jornal, se espalhou a notícia de que o Planalto Central era o local onde havia muita oportunidade de emprego e o dinheiro era certo. (TEIXEIRA, 1996).

A propaganda estatal vendia à população de uma forma geral os objetivos do bloco industrial-rural, como se fora algo que pertencia a todos e, em particular, às classes trabalhadoras; visando com isso obter o seu apoio e atender à demanda de força de trabalho por parte da indústria da construção civil, etc (TEIXEIRA, 1996, p.17)

Os meios de comunicação em massa – Jornais e em menor escala o rádio - colocavam o bloco industrial/rural como pertencente a todos e com isso, o governo conseguia apoio para a demanda de força de trabalho.

Nas histórias oficiais, sempre se buscou construir uma imagem de Brasília como um grande triunfo. Brasília é vista como “um sonho transformado em realidade mostrou-se um foco indutor de desenvolvimento, verteu-se em uma cidade belíssima e cheia de atrativos, uma fronteira de expansão do país na qual o dinamismo constante é marca maior.”¹. Os dirigentes da construção de Brasília também constroem imagens extremamente positivas de Brasília.

Nas entrevistas feitas com Lucio Costa e Oscar Niemeyer no filme documentário “Conterrâneos Velhos” por Vladimir Carvalho (1990), as respostas sempre denotavam “uma relação de prioridades, que elegem na proposta das cidades os elementos que deveriam ser destacados na confirmação de Brasília como sonho, esperança e realidade [...] Lucio Costa se refere à construção da cidade como um gesto de coragem (CARDOSO, 2004).”

A História Oficial como mostrado acima, evidenciaram apenas memórias que passam imagens positivas sobre Brasília, mantendo a imagem da cidade como um mito, o marco do desenvolvimento brasileiro. Mas o que há por trás dessa imagem? Como era o cotidiano dos operários que trabalhavam dia e noite para levantar a nova capital do Brasil? Será que a história da construção de Brasília só se resume em aspectos positivos? Será que Brasília realmente era o Eldorado que todos estavam esperando? Hermes Teixeira (1996) traz em sua obra relatos por parte dos operários de que as jornadas de trabalho eram extremamente longas chegando a atingir 14 a 16 horas diárias. A condição higiênica dos alimentos e a precariedade em que viviam os operários nos alojamentos é outra característica que marcava os campos de obra durante o período de construção. Esses fatos costumam ser deixados de lado pela memória oficial, fazendo com que muitas vezes estas características caiam em esquecimento.

Além das péssimas condições de trabalho, nos alojamentos a situação também era terrível. Hermes Teixeira (1996) relata que os trabalhadores estavam expostos a diversos animais como baratas e carrapatos, além da falta de higiene da comida que era o motivo de grandes desavenças entre os *candangos*² e a força policial responsável por cuidar do

1 CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em : <http://www.camara.gov.br/sileg/MostrarIntegra.asp?CoTeor=1322871>
Acesso em 29 de Novembro de 2018.

² Candango é uma expressão de origem africana que significa “vilão, ruim, ordinário”. A palavra ressurgiu durante a construção de Brasília como uma espécie de apelido coletivo para rebaixar os trabalhadores humildes e sem estudo, pois eram, em sua grande maioria, analfabetos. Naquele período, havia duas classes sociais bem distintas: os candangos, que eram os pedreiros, carpinteiros e operários de um modo geral; e os doutores, relativo a todos os que trabalhavam em escritórios, com diploma ou não. A expressão era tão difundida, que havia até concursos na Cidade Livre para escolher os 10 mais elegantes e os 10 mais candangos. O termo só deixou de ser pejorativo quando Juscelino Kubitschek, no discurso de inauguração da capital, usou a palavra para elogiar

maquinário das obras, além do policiamento ostensivo. A GEB (Guarda Especial de Brasília) era conhecida por seus atos extremamente truculentos, que causavam terror entre os trabalhadores. Vemos a seguir, um relato que resume como agia essa guarda policial:

A GEB é um, você sabe essa farda de polícia goiana, por exemplo? de outras polícias do Estado, é uma farda amarela naquela época. É um, aquilo tipo de correio, essa roupa de bombeiro, aquele cáqui bem forte, amarelo, e um capacete também meio esverdeado. Então o pessoal, eles não tinha nem carro, andava era no caminhão. E quando se via dizer: Lá vem a GEB, nego já corria pra todo lado, porque eles não tinham instrução nenhuma pra prender, pra deter ninguém. Eles chegavam e era enfiando o cacete no (incomp.). Quem agüentasse bem, quem não agüentasse (incomp.). Se alguém reagisse... Eu assisti eles matar um cara no Núcleo Bandeirante. Bateram nele até matar, quer dizer, aquilo certas hora me dava até tristeza. "Eu vou embora daqui, isso aqui não é lugar." Mas eu ia agüentando, eu voltava pra casa, não era elemento que ficasse na rua. Garoto novo, e eu atendia muitos conselho de meu irmão, do meu tio que morava aqui, primo. Eu não saía na rua pra ficar andando pela rua, exatamente por causa desses incidente que a gente via. Quantas vezes eles dava problema naqueles alojamento, dava briga naquele... Porque às vezes peãozada dia de domingo não trabalhava, aí ficava tudo no alojamento e não tinha pra onde ir e começava a beber naqueles, que não faltava aqueles quiosquezinhos pra vender cachaça, (incomp.). Terminava dando briga final de tarde. Outras vezes eles chegavam, ficava espancando as pessoa. Então aquilo era realmente, o policiamento daqui era muito grosseiro, muito grosseiro mesmo, porque o cara que tem disciplina, que tem instrução não faz aquilo. (SANTOS,1990, p.13-14. apud JUNIOR, 2008, p. 76).

Cenas como essa eram comuns nos canteiros de obra. Teixeira (1996) relata que a qualidade ruim da alimentação era o principal motivo de revoltas por parte dos trabalhadores, que por sua vez eram duramente dissipadas pela GEB. A repressão da polícia a uma dessas revoltas resultou em um massacre no acampamento Pacheco Fernandes Dantas, na qual os guardas da corporação dispararam tiros contra os *candangos*, após um motim contra a má qualidade da comida. O evento resultou em mortes em que o número de mortes e feridos é palco para uma grande disputa de memórias onde, segundo Gustavo Lins Ribeiro (2008), o número de óbitos é usada como forma de atribuir maior ou menor gravidade ao acontecimento.

aqueles que construíram a cidade. Depois disso, todos queriam ser chamados de candangos, até mesmo os "doutores". Atualmente, também denomina-se candango todos aqueles nascidos em Brasília. (Jornal de Brasília, 2018)

O campo da memória como palco de disputas entre o que a memória oficial quer que seja lembrado e o que a subalterna traz à tona, é o centro desse trabalho. O massacre da GEB de 1959 será colocado como eixo para explicar tanto os conflitos e relações sociais daquele momento, como a violência policial, que fazia parte do cotidiano *candango*. Além de um contraponto à história oficial que, detentora da “legitimidade histórica”.

Por serem sustentadas pela por seus depoimentos, as mudanças que a memória dos *candangos* sofreram com o passar do tempo passaram a ser tidas como fantasiosa e transformada assim em mito. (RIBEIRO, 2008).

Ribeiro (2008) nos permite entender quais os artifícios eram usados pela classe dominante para moldar a história de Brasília como bem entendessem:

O livro de JK é o discurso do Pai fundador, verdadeiro herói mítico. Já os *diários de Brasília*³ foram encomendados e preparados por um órgão do governo diretamente ligado ao Executivo, o serviço de documentação da presidência da república. Assim, a própria seleção do que devia fazer parte do diário é o índice da orientação que presidiu e informou sua confecção. Problemas cotidianos enfrentados pelos trabalhadores ou fatos extremamente marcantes ocorridos durante a construção, como um sangrento conflito envolvendo a polícia e operários em fevereiro de 1959, não estão, evidentemente registrados neste chamado Diário. (RIBEIRO, 2008, p. 38-39)

Dessa forma, o propósito deste trabalho é mostrar a história de Brasília através de outra perspectiva, ou seja, através dos operários que fizeram parte da construção da capital.

O livro No “Tempo da GEB -Trabalho e Violência na Construção de Brasília” de (TEIXEIRA, 1996), será usado para ter uma visão mais abrangente sobre esse recorte temporal – 1956 a 1959 – no que se refere à rotina dos trabalhadores e os problemas pelos quais estes passaram durante a construção. Já “O Capital da Esperança” - A experiência dos trabalhadores na construção de Brasília de (RIBEIRO, 2008) e Memórias de um Trauma: O Massacre da GEB (Brasília- 1959) de (CARDOSO, 2004)”, serão usados para se ter uma base metodológica, já que tratam do massacre em um viés de disputa de memórias, fazendo um contraponto ao que a memória oficial dizia e o que era falado pelos *candangos*.

³ Este é o segundo conjunto de publicações da *Coleção Brasília* que, ao todo, é composta por quatro desses aglomerados documentais. Organizada sob a tutela do Serviço de Documentação da Presidência da República, a *Coleção* expressa o desejo do governo em se transformar na principal referência histórica sobre Brasília, anseio esse proveniente do próprio Juscelino Kubitschek. O *Diário de Brasília*, por sua vez, igualmente se subdivide em quatro tomos: 1956-1957, 1958, 1959 e 1960; cada um deles se arranja com um acompanhamento anual do dia a dia da construção da nova capital. (SANTOS, 2008 p. 19)

O contexto no qual viviam os trabalhadores naquele momento será levado em conta no que se refere à suas motivações para ir trabalhar em Brasília e também, num momento posterior considerando o conjunto das experiências destes trabalhadores na nascente capital. Para que isso seja possível, serão utilizados os depoimentos dos trabalhadores que participaram da construção, obtidas pelo programa de história oral do Arquivo Público do Distrito Federal, além daqueles retirados das bibliografias acima mencionadas, e de entrevistas feitas por jornais da época como Binômio⁴ e Jornal de Pernambuco⁵.

Através dessas relações sociais vivenciadas nos canteiros de obra e seus efeitos, também será evidenciada a disputa pela memória entre operários versus memória oficial governamental. Mostrando a forma que o Estado a constrói, enaltecendo algumas lembranças e encobrindo outras para manter a imagem de uma Brasília perfeita na memória coletiva. As entrevistas de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa retiradas do documentário de Vladimir Carvalho (1990) servirão como base para evidenciar essa disputa e o pensamento oficial sobre o massacre. Por fim, para entender tudo isso, Pollack (1989), Le Goff (1990) e Halbwachs (1990) servirão como referencial, para explicar como funciona esse confronto entre memórias.

Mas antes de chegar aos fatos, é necessário conhecer o que foi Brasília e de onde surgiu a ideia de mudar a capital do litoral, para o centro do Brasil. Por isso, o 1 capítulo será dividido em três tópicos. No primeiro tópico será mostrado como surgiu a ideia de mudança da capital que teve seus primórdios no Brasil Império, na Assembleia Constituinte de 1823 com a proposta de Bonifácio, porém se mantendo apenas no campo das ideias. A ideia saiu do papel somente com o Plano Meta-Síntese de Juscelino Kubitschek. (VASCONCELOS, 1989). Para que essa análise seja possível, serão utilizadas as duas bibliografias de Adirson Vasconcelos: Memorial Brasília (2000) e a Epopeia da construção de Brasília (1989) que explica com clareza a construção estes acontecimentos.

Já no segundo tópico, será dada atenção à visão do *candango* em sua chegada em Brasília, evidenciando quais eram suas expectativas ao chegar no Planalto Central e o que no que se transformou sua realidade. A questão Utopia x realidade, - o que foi prometido pela propaganda oficial e o que viveram esses trabalhadores- que será assunto do terceiro tópico,

⁴ **O BINÔMIO.** "Polícia de facínoras transformou Brasília em capital do cangaço. Belo Horizonte, 16 /02/1959. in: SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de. **O massacre da Pacheco Fernandes Dantas em 1959:** memória dos trabalhadores da construção civil de Brasília, p. 10, 2014. Disponível em: <<http://unb.revistaintercambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/1251/2053.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2018

⁵ **DIÁRIO DE PERNAMBUCO.** "Grave incidente em Brasília". Recife, 13/02/1959. Disponível em:<<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

também será o centro desse capítulo. Para que isso seja possível, as dificuldades passadas por esses *candangos* no decorrer da construção, relatadas em entrevistas a jornais da época, e dos depoimentos obtidos no Arquivo Público do Distrito Federal e nos Jornais terá importância central. A questão das jornadas excessivas de trabalho, da sujeira dos dormitórios se torna uma das principais reclamações dos *candangos*. Porém o que era motivo de revolta, que resultava em brigas e revoltas era a má qualidade da alimentação. O confronto com a GEB era inevitável. Um desses confrontos resultou no Massacre de Fevereiro de 1959 citado anteriormente e que foi o tema central do segundo capítulo.

O capítulo 2 foi dividido em quatro partes. O Primeiro tópico discorre sobre o processo de formação da Guarda Especial de Brasília (GEB), para ter um entendimento melhor do funcionamento da corporação e o ocorrido. O segundo tópico discorre sobre o acontecimento e como ele foi visto pelos trabalhadores. Para isso, os depoimentos obtidos do Arquivo Público tiveram grande relevância. O terceiro tópico foi guardado para uma reflexão mais teórica, sendo trazidas ideias de Pollack (1989), Le Goff (1990) e Halbwachs (1990), para explicar como a memória subalterna se constrói, através das múltiplas lembranças de indivíduos que viveram um acontecimento em comum, e a forma que a oficial tenta de todas as formas sufoca-la, uma vez que o subalterno, quando traz à tona suas reivindicações, revelam elementos que contrariam a dominante. Para trazer as reflexões destes autores acima ao acontecimento estudado, o quarto e último tópico trará a visão oficial do massacre, que através dos trechos das reportagens que a grande imprensa noticiou e das entrevistas de Niemeyer e Lucio Costa feitas por Vladmir Carvalho (1990), mostrarão as tentativas dos dirigentes do processo em minimizar ou até mesmo apagar essa memória considerada negativa da história da Capital, mostrando assim, o predomínio que o Estado detém sobre a memória coletiva.

O caso da Pacheco, é um reflexo da organização social que está presente de forma estrutural em nossa sociedade. A injustiça social, a desigualdade entre os homens que podemos ver ali era uma realidade do Brasil naquele período e até nos dias de hoje. Devido a isso, devemos refletir e “pensar o trauma para além do episódio em si mesmo” (CARDOSO, 2004)

CAPÍTULO 1 – BRASÍLIA: SEU SURGIMENTO E CHEGADA DOS CANDANGOS

1.1 Brasília: de sua idealização à concretização

Brasília, a capital que atualmente abriga o centro de decisões de todo país, foi uma ideia que vinha sendo discutida desde o regime colonial, sendo

A primeira manifestação, no Parlamento Brasileiro, em favor da mudança da capital do país, para as regiões interioranas, ocorrendo com José Bonifácio de Andrada e Silva, no primeiro momento do Brasil Império, em 1823, durante a assembleia constituinte legislativa” (VASCONCELOS 2000, p.23).

José Bonifácio, foi o primeiro político a mencionar, durante a 1º Assembleia Constituinte pós Independência, a necessidade de interiorização da capital do Brasil.

A presença e a atuação parlamentar paulista em prol da interiorização da Capital, além de pioneira, foi marcante e iniciadora deste movimento. Com a independência, nascida de sua visão e engenho político, José Bonifácio interfere junto à Assembleia Constituinte do Brasil império, em 1823, em defesa da interiorização da capital, através da memória sobre a “necessidade e meios de se edificar, no interior do Brasil, uma nova Capital para o assento da Corte, da Assembleia Legislativa e dos Tribunais Superiores (VASCONCELOS, 2000, p. 23).

A criação de uma nova Capital para abrigar os tribunais e o Legislativo, possuía, segundo Bonifácio uma questão de segurança nacional.

O principal argumento de José Bonifácio, que ficou conhecido como o Patriarca da Independência após 1822, era o de que a cidade do Rio de Janeiro corria o constante risco de sofrer invasões, saques e pilhagens dos corsários franceses (BITTAR, 2010).

A necessidade de defender o núcleo de decisões do país foi o que moveu as primeiras discussões sobre o assunto. Essa ideia não foi adiante porque “a primeira Assembleia Constituinte, no entanto, foi dissolvida e a Constituição de 1824, outorgada pelo Imperador D. Pedro I, não incorporou a tese da interiorização da capital” (BITTAR, 2010). 30 anos depois de Bonifácio, O Senador Holanda Cavalcanti volta ao assunto. Além dele, Adolfo

de Varnhagen- No período imperial- e Dom Bosco” (VASCONCELOS 2000 p.23-27) também exteriorizavam o seu desejo de transferência da capital para o centro do Brasil⁶.

Depois de várias décadas de discussões – “três constituições da republica determinaram com toda a força de Lei Maior, Três comissões de Alto nível estudaram o local de onde sairia Brasília - sobre a possibilidade de mudança da capital para o interior do território nacional, “nada acontecia de concreto. Não se chegava ao estágio da decisão”. Esse sonho almejado por tantos somente começou a tomar sua verdadeira forma quando Juscelino Kubitschek se torna presidente em 1956, colocando em seu plano de metas para o desenvolvimento do país, a transferência da capital para a região centro - oeste do país, mais precisamente, para o Planalto Central Goiano. Em “21 de Abril de 1960, o presidente Juscelino Kubitschek tornou realidade aquele ideal de várias gerações nacionais, construindo e inaugurando Brasília, a Capital de todos os brasileiros, no interior do país” (VASCONCELOS 2000, p.13-19).

A ideia que perdurou durante tanto tempo nas mentes dos dirigentes aconteceu apenas com o governo de Juscelino que, incluiu a construção da capital em seu plano de metas desenvolvimentistas para o país. Assim, a construção da capital foi chamada de meta síntese⁷, ideia que surgiu durante sua campanha política na cidade de Jataí localizada em Goiás, quando fazia um comício (VASCONCELOS, 2000, p.59).

O fato da transferência da capital para o planalto central teve repercussões tanto positivas como negativas no meio da imprensa e nas cadeiras do legislativo. No que se refere à repercussão na imprensa,

⁶ Holanda Cavalcanti: Nasceu em Pernambuco, em 1797, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 14 de abril de 1863[...] Inicialmente dedicou-se à carreira militar, servindo em Moçambique e em Macau. Representou Pernambuco nas três primeiras legislaturas, sendo escolhido senador em 1838. Foi várias vezes ministro do Estado: da Marinha (seis vezes efetivo e duas interino), da Fazenda (em cinco ocasiões), da Guerra (interinamente em duas oportunidades) e, interinamente, ministro do Império. Em 1º de dezembro de 1838 foi eleito sócio do IHGB, do qual se despediu em 1851. (Instituto Histórico e geográfico Brasileiro).

É de autoria desse representante pernambucano o projeto, datado de 1852, mandando –Proceder o levantamento de um terreno nas latitudes de 10 a 15 graus, para servir de território destinado à fundação da capital do império [...] Ao defender sua posição mudancista, o parlamentar pernambucano alinhou razões de interesse do desenvolvimento econômico, das comunicações e da segurança nacional. (VASCONCELOS, 2000)

Adolfo Varnhagen: viveu boa parte de sua vida no império. Foi estudante de engenharia em Lisboa e lutou boa parte de sua vida em prol da interiorização da capital julgando ser de extrema importância por motivos de segurança, grandeza e unidade nacional. Escreve uma carta em favor da mudança em 1839, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como uma de suas primeiras manifestações. Em 1845 sugere a cidade de São João Del Rei em Minas, posteriormente, em 1850, indicando o Planalto Central exatamente no paralelo 15. Embaixador na Áustria e com título de visconde, licenciou-se da representação em Viena e fez uma viagem ao Planalto no decorrer de 1877 confirmando assim suas teorias sobre a posição geográfica e do local que supostamente iria surgir a capital. Escreveu dois documentos importantes: Uma carta ao ministro da Agricultura e o opúsculo “A questão da Capital: Marítima ou no Interior? (VASCONCELOS, 2000)”

Dom Bosco: Foi um sacerdote Católico Italiano. Conhecido por seu Sonho-Visão na qual surgiria uma nova civilização entre os paralelos 15 e 20, numa enseada bastante extensa, que partia de um ponto, onde se formava um lago, Local exato de onde se situa Brasília atualmente (VASCONCELOS, 2000)

⁷ Esse ideal desenvolvimentista foi consolidado num conjunto de 30 objetivos a serem alcançados em diversos setores da economia, que se tornou conhecido como Programa ou Plano de Metas. Na última hora o plano incluiu mais uma meta, a 31ª, chamada de meta-síntese: a construção de Brasília e a transferência da capital federal, o grande desafio de JK.(RIBEIRO, 2014)

Na maioria dos Jornais cariocas o projeto não é bem aceito. No Diário da Noite, do Rio, Austregésilo de Athayde diz que o Brasil não precisa de uma nova Capital, precisa sim, e muito, de novos homens [...] Criticando, o correio da manhã sugere o nome da nova capital: Utopia [...] Noutras regiões do país, a imprensa se manifesta a favor da ideia. [...] A folha da manhã, de São Paulo, é solidária à ideia por se tratar de “um preceito constitucional e de interesse nacional” [...] No Recife, o “Diário da Noite e o “Jornal do Comércio cerram fileira em favor da interiorização” (VASCONCELOS, 1989, p.25).

A imprensa carioca não aceitou bem a ideia de perder o “privilégio de capital”, não se demonstraram satisfeitos com a construção de Brasília. Dessa forma suas notícias tinham como objetivo desacreditizar a empreitada. Porém, tirando a antiga capital, o resto do país se mostrou muito empolgada com a consolidação da nova capital que durante anos, não passava do campo das ideias. (VASCONCELOS, 1989)

No meio político, apesar do Governo dispor da “maioria do Legislativo,” há uma obstrução do projeto por quatro semanas “ante o pedido de vista do oposicionista, Adauto Lúcio Cardoso” (VASCONCELOS, 1989, p.27). Porém essa situação logo é superada após “o parecer favorável do relator, deputado Antônio Horácio, do PSD Ceará, rejeitando as emendas do Sr. Adauto Lúcio Cardoso e incluindo as emendas do relator.” (VASCONCELOS, 1989 p.27), desse modo, apesar desse pequeno entrave, o resto da tramitação de aprovação do projeto de mudança da Capital fluiu normalmente, tendo ampla aceitação tanto na câmara como no Senado.

Durante o processo de construção da nascente capital, o planalto central recebeu em seu solo muitos políticos conhecidos nacionalmente, além de convidados internacionais, que queriam ver com seus próprios olhos o desenvolvimento do ousado projeto arquitetônico que Juscelino Kubitschek e os profissionais – Oscar Niemeyer, Lucio Costa, Israel pinheiro - que participaram do processo de idealização estrutural estavam construindo.

Logo nos dois primeiros meses de trabalho, “as 3 primeiras pessoas que foram visitar o planalto foram senador goiano Gerônimo Coimbra Bueno, Jornalista Francisco Braga Sobrinho e o Major Mauro Borges Teixeira” (VASCONCELOS, 1989, p.95). Além destes políticos nacionais “os embaixadores de Portugal e da França, Antônio de Faria e Bernard Hardion, visitam Brasília, em companhia do presidente Juscelino e do urbanista Lucio Costa” (VASCONCELOS, 1989 p.99). Além dessas autoridades, o presidente Craveiro Lopes de Portugal e o embaixador dos EUA Ellis O. Briggs também visitaram a nascente capital brasileira (VASCONCELOS, 1989, p 99).

Brasília foi objeto de um amplo processo de discussão que surgiu desde o período colonial e percorreu até o século XX, atingindo várias gerações de representantes políticos. Porém, pouco se sabe da experiência do cidadão comum durante este processo, ou seja, daqueles que colocaram a mão na massa para levantar esse sonho que durante tanto tempo não passava de uma utopia nas mentes dos brasileiros. Tendo como centro esse raciocínio, no subcapítulo a seguir, veremos a perspectiva do *candango* sobre a construção de Brasília e o que isso representou para suas vidas, retirando assim, o manto que a memória oficial coloca por cima da subalterna.

1.2 Visão do candango sobre a nascente capital

Antes de entrar no tema, devemos analisar primeiro qual era a realidade em que vivia boa parte da população brasileira naquele período para entender os motivos que levaram milhares de pessoas deixarem suas terras para se aventurar na construção da capital que estava por surgir diante daquele imenso planalto localizado no coração do Estado de Goiás. De acordo com Hermes Aquino Teixeira em seu livro “No tempo da GEB,” a realidade que permeava diante da população brasileira naquele momento, era de cidadãos camponeses que viviam uma vida extremamente precária, além de estarem presos a uma oligarquia rural que os exploravam de todas as formas. Diante dessa situação “como fugir da camisa de força do meio rural?” (TEIXEIRA, 1996, p. 13).

Quando surge no campo, em 1956, boatos da construção de uma grande cidade no planalto central, necessitando assim de uma grande necessidade de mão de obra, “O mito de Brasília entrava em cena” (TEIXEIRA, 1996, p. 13).

Com a notícia da construção de Brasília, pelo governo JK, esta cidade passou a significar o “Eldorado para esse povo, na qual todos os seus problemas de subsistência encontrariam uma solução” (TEIXEIRA, 1996 pag.14). A oportunidade de uma vida melhor era o que movia aqueles homens e mulheres à Brasília. Poucos sabiam da ambição econômica que a elite tinha na transferência da capital, tampouco conheciam toda aquela história política que foi evidenciada no subcapítulo anterior. A única coisa que desejavam em sua maioria, era a oportunidade de uma vida mais digna e sair da extrema miséria que era ignorada pelos governantes.

Estes desgarrados da terra nada tinham a perder. Pelo contrário, tentavam a “sorte” como diziam [...] Em Brasília, há serviço para muitos e muitos anos.

Os homens se revezam incansáveis. E o dinheiro está ali pra quem quiser ganhar” (TEIXEIRA, 1996 p.14).

Esse trecho citado acima mostra o que moveu a mente de muitos que viviam em condições de extrema pobreza no interior do país. Brasília era vista como o “paraíso” que iriam retirar da aquela condição e proporcionar-lhes uma condição de vida mais humana.

Hermes Teixeira (1996) em seu livro traz uma série de pontos que trouxeram os *candangos* para o Planalto Central.

Em síntese poderíamos apontar vários fatores condicionantes: 1) a exploração a que estavam submetidos pela sufocante estrutura fundiária; 2) a expulsão dos latifúndios e pequenas propriedades; 3) mecanização na agricultura; 4) ausência de trabalho estável; 5) precárias condições de saúde, habitação e higiene; além de fenômenos como secas, enchentes, geadas, etc. No caso, deve ser levado em consideração ainda o fator propaganda dirigida: apelos dos veículos de comunicação de massa, o rádio em particular, mais revistas e jornais (em menor escala) e as cartas de familiares e amigos migrantes (TEIXEIRA, 1996, p.14).

O Brasil vivia um momento, no qual a grande massa populacional se encontrava no campo. Eram pessoas simples que eram dominados pelos grandes donos de terras ou sofriam pelas características climáticas dos locais de onde vinham ou pela exploração por parte dos latifundiários.

O trecho acima acaba por reforçar a necessidade e miséria que o país passava durante aquele momento e a forma na qual o governo se aproveitava disso para colocar Brasília como o lugar onde todas as necessidades do brasileiro humilde seriam sanadas devido a grande oportunidade de dinheiro. O nascimento do Plano Piloto e o resto do Distrito Federal teve como um de seus objetivos equilibrar a economia do país e levar o desenvolvimento para locais periféricos. A necessidade de uma grande quantidade de mão de obra para dar início a esta grande empreitada, fez com que se buscasse essa demanda entre as camadas mais humildes da população daquela época que se encontravam principalmente no meio rural. Por esse motivo, precisava fazer com que o *candango* se sentisse parte de tudo aquilo, pois,

Afinal de contas, a propaganda estatal vendia a população de uma forma geral os objetivos do bloco industrial-rural, como se fora algo que pertencia a todos e, em particular, às classes trabalhadoras; visando obter o seu apoio e atender à demanda de força de trabalho por parte da indústria da construção civil. Através disso, todos aderiram incondicionalmente às promessas de desenvolvimento do governo JK, certos de que participavam de uma grande transformação nacional de cujo os frutos seriam beneficiários diretos (TEIXEIRA, 1996, p.17).

Dessa forma, buscando esse objetivo de conseguir mão de obra para o erguimento da “capital da esperança”, além de perpetuar essa imagem de Brasília como um sonho de “várias gerações” ou como o símbolo do desenvolvimento nacional, é contumaz encontrar em obras que evidenciam a história oficial, a imagens de trabalhadores patriotas que estão ali trabalhando arduamente junto a JK em prol do seu plano. Ernesto Dias, um médico considerado pioneiro na construção de Brasília chega a dizer que o *candango*, durante o período de obras

Passou a ser admirado no Brasil e no Mundo pela tenacidade, pelo esforço, pelo idealismo. E a expressão tronou-se um título de honra, pois só os que tinham peito e raça poderiam ser *candango* (GOVERNO DO BRASIL, 2010).

De acordo com Dias (1990, p.12, apud JUNIOR, 2008, p. 80-81), segue o mesmo viés, dizendo que:

Considera de grande valor o trabalho dos milhares de migrantes advindos dos mais variados rincões do país, que trabalharam com afinco e são responsáveis por erguer a Nova Capital do país; (...) na faixa do operariado e que foram os grandes construtores dessa cidade, e operários muito bons, muito trabalhadores, muito fortes e que foram os que construíram a cidade verdadeiramente com as mãos dele.

Porém, como veremos, a realidade dos operários que ocorria nos canteiros de obra do Plano Piloto, a que nos é encoberta, foi totalmente diferente da que costumamos conhecer.

1.3 A vida do trabalhador nos canteiros de obra: da visão oficial x operário

Apesar do reconhecimento do trabalhador como uma peça importante na construção do sonho da nova capital, pouco se menciona sobre ele nas diversas obras que dissertam sobre o assunto. A elite, melhor dizendo, os homens que detinham o poder estatal sempre estão em destaque. Os grandes feitos de JK e sua equipe- Oscar Niemeyer, Lucio Costa, Israel Pinheiro- sempre são enaltecidos e seus feitos permeiam por quase toda a obra, enquanto no que se refere ao trabalhador em si, pouco se fala sobre e quando fala, é de forma rasa, muitas vezes se resumindo em alguns parágrafos.

Gustavo Lins Ribeiro em seu livro “A Capital da Esperança” percebe essa “lacuna” que existe na história de Brasília na qual o trabalhador embora tendo sua relativa importância reconhecida, permanece ofuscado e muitas vezes sendo colocado em um segundo plano. O autor diz que no decorrer de seus estudos sobre o tema proposto,

Passou a ficar clara a manipulação ideológica que se fazia em torno da construção da cidade, bem como daqueles que formaram o maior contingente populacional envolvido no processo: os operários. Ao mesmo tempo em que os relatos vinham mesclados de ideias nacionalistas, identificando a construção da cidade como um grande projeto de nacionalidade, o papel desempenhado pelo operariado da construção civil entrava, quando muito, como um contraponto em face das iniciativas das elites, sobretudo dos membros que detinham o poder do estado (RIBEIRO, 2008, p. 24).

Esse argumento do autor confirmado diante de um trecho que foi retirado do livro do próprio presidente JK na qual ele dizia que

Os operários chegavam de todas as regiões do país em busca de trabalho. Eram *candangos*, que derivavam do Nordeste, do interior de Goiás e dos municípios das fronteiras de Minas e Mato Grosso, a fim de “dar uma mão” na obra de desbravamento do Planalto (KUBITSCHKE apud. RIBEIRO, 2008, p.24).

Claramente podemos perceber o trabalhador tratado em segundo plano. Seu cotidiano, como viviam, suas dificuldades em nenhum momento é mencionado em obras que contam sobre a história da capital como o livro “*A epopeia na construção de Brasília*” de Adirson Vasconcelos ou o livro “*A história de Brasília*” de Ernesto Silva, obras muitas vezes “carregadas de uma visão idealizada do processo” (RIBEIRO, 2008, p.26).

Não se fala sobre a vida precária na qual vivia os trabalhadores e como ele enxergava o Brasília.

A história de um operariado que viva em alojamentos e acampamentos com precárias condições de alimentação e moradia, enfrentando uma polícia escolhida na rua e composta, em grande medida, por ex-companheiros de trabalho, pelo único motivo de serem mais fortes fisicamente. A resposta a estas nossas preocupações é simples: esta história não estava em lugar nenhum. (RIBEIRO, 2008, p. 25)

O termo “escolhida na rua” nos causa até um estranhamento, mas era assim que acontecia. Os critérios na escolha de homens para compor as fileiras da GEB como veremos no próximo capítulo não tinha qualquer fundamento. Qualquer homem que se destacava aos demais devido seu físico já possuía uma característica que o tornava “apto” a ser integrante do grupo policial (TEIXEIRA, 1996). Essas convocações feitas de qualquer jeito, sem nenhum critério definido, provas ou capacitação técnica, nos faz compreender melhor o termo utilizado. Se um *candango* no canteiro de obras, tivesse essas características físicas, isso já era o bastante.

Ao perceber a desorganização desse grupo paramilitar, não nos impressiona as diversas cenas de violência que estudaremos com mais detalhes no segundo capítulo. Há uma

difficuldade em estudar sobre a construção de Brasília sob o viés do *candango*, o que leva a uma série de perguntas. Como achar essas respostas? Por onde devemos recorrer, para trazer à tona memórias de indivíduos que fizeram parte da construção de Brasília e que são encobertos pela memória oficial? Uma das formas de achar uma resposta para este enigma, é recorrer à história oral, ou seja, do relato de alguns dos vários trabalhadores que vieram de todas as partes do país e vivenciaram uma realidade que não é contada em boa parte dos livros que estamos acostumados a ler.

Por esse motivo Hermes Aquino Teixeira (1996) em seu Livro no “tempo da GEB” e Gustavo Lins Ribeiro (2008) - assim como este trabalho- tem como propósito em suas obras tirar do limbo o homem considerado subalterno e dar voz aos mesmos, para que possamos nos libertar da memória que foi moldada e impregnada em nossas mentes e assim termos uma visão macro das muitas histórias que fazem parte de nossa cidade.

Para que o sonho de JK e de vários personagens políticos que se passaram na história de nosso país se tornasse realidade, era necessário uma grande quantidade de mão de obra, que foi encontrada principalmente na população rural. As promessas de oportunidades de emprego em abundância realmente eram reais no início da construção. Caravanas de *candangos* chegavam de todas as partes e já eram fichados pela NOVACAP. Parecia um sonho para aqueles que necessitavam colocar o pão na mesa de suas casas e com esse objetivo muitos decidiram agarrar com força o projeto de Juscelino. Porém, com o passar do tempo, esses mesmos indivíduos começaram a perceber que Brasília não era aquele Eldorado que a propaganda oficial se esforçava tanto pra dizer. Logo começaram a aparecer os primeiros problemas.

Naquele tempo não era difícil só viver não; era difícil até ter esperança. A gente apanhava refeições no restaurante do SAPS⁸ e, isso é o que nos salvava, porque os nossos salários eram uma ninharia” (Jornal de Brasília 17/04/79 apud TEIXEIRA, 1996, p. 17).

Esse pequeno trecho nos dá uma noção da realidade na qual os trabalhadores passavam em seu cotidiano. A má qualidade das condições de vida e trabalho desses homens era algo comum de se ver nos canteiros de obras da nossa cidade. Os *candangos* viviam em condições extremamente insalubres.

⁸ O SAPS (Serviço de Alimentação da Previdência Social) foi uma instituição pioneira, que desenvolveu programas de assistência alimentar aos trabalhadores e seus familiares através de restaurantes populares e postos de subsistência, bem como atividades de propaganda e educação alimentar junto à comunidade”, diz a **nutricionista do GEN Sandra Goulart Magalhães**, autora do livro “**Estado Novo: Políticas Sociais para uma Alimentação Saudável e Racional**”, que retrata profundamente o assunto. (FOGAGNOLI, 2011, p. 1)

Os *candangos* eram amontoados em barracões de madeira onde dormiam entre 30 e 40 pessoas em camas tipo beliches disputando um lugar na horizontal e na vertical [...] Total falta de higiene, onde o *candango* era obrigado a travar uma luta corpo a corpo contra batalhões de baratas e percevejos [...] Passando pela cantina que mais parecia o caldeirão do diabo, as surpresas para os *candangos* eram sempre renovadas: depois de uma longa espera em filas quilométricas, cansados e nervosos, a comida que recebiam, regra geral, era péssima e não mais se estranhava no cardápio diário a companhia assídua de pedra, barata e outros insetos (TEIXEIRA, 1996, p. 21-22).

Como vemos, uma realidade longe de ser imaginada, no que se refere aos padrões de leitura que costumamos ver. Aquela imagem da cidade considerada um grande passo para o desenvolvimento, aclamada por seu modelo arquitetônico, o “sonho do povo brasileiro” aos poucos vai se desfazendo e seu lado sombrio vai tomando forma. Os “pedaços” da memória da construção da capital, que o meio oficial se esforçou tanto para mante-las escondidas e esquecidas, passam a ser escancaradas quando se reverbera a voz ao homem que até o momento se mantinha nos bastidores do período estudado.

Apesar de tudo isso, como sempre, os relatos oficiais sempre encontravam uma forma de encobrir essa realidade dos canteiros e obras, e passar uma imagem positiva do que estava acontecendo. “A se acreditar nos relatos oficiais ou a eles vinculados, esses trabalhadores contavam com excelentes condições de trabalho, não ficando muito atrás daquelas dos países mais avançados do mundo” (TEIXEIRA, 1996, p. 20).

Vejamos a seguir, um trecho retirado do Jornal Diário de Brasília de 1958:

Devemos, antes de entrar precisamente na esfera de atividades dos Institutos, esclarecer que todos organizaram um sistema de vida coletiva cercando o trabalhador do maior conforto possível. Como particularidade a ser notada, podemos citar o fato importante da observância, por parte de algumas obras, de preceitos da higiene mental. Aos operários em plena atividade é dada, depois de algumas horas de trabalho silencioso, a maravilha da música. São trechos selecionados de boa música, em background, que levam ao homem o conforto da arte. Os resultados são magníficos, tendo sido registrado o aumento do índice de produtividade de cada elemento após a adoção desse sistema psicológico. Os trabalhadores possuem alojamentos confortáveis, boa comida, cinema, locais para palestras, assistência médica, etc.⁹

⁹ Raul Bruce, “**A Verdade Sobre Brasília**”, DIÁRIO DE BRÁSILIA (1958), RJ, Presidência da república, 1960, p. 210. in cit. TEIXEIRA, H. A. **No Tempo da GEB (1956-1960) Trabalho e violência na Construção de Brasília**. 1º. ed. Brasília: Thesaurus, 1996. Pp. 20-21

Os relatos jornalísticos oficiais traziam um quadro completamente diferente dos relatos dos trabalhadores que vivenciavam o cotidiano no canteiro de obras. O relato de um trabalhador que fala sobre a infestação de insetos e a superlotação dos barracões que os abrigavam durante a noite se desmonstra como uma antítese do que foi dito no jornal “Diário de Brasília”:

Aqui dormir a uma camada embaixo, outra mais em cima, outra mais em cima... Então eles fizeram tipo belicho assim, que dá pra um homem sentar, mais ou menos uns 80 centímetro (entre uma cama e outra). Rapaz, ali dava tudo quanto era tipo de peste: rato: percevejo, pulga, tudo quanto era tipo de imundiça você podia encontrar naquela época aqui em Brasília. O percevejo já tinha me chupado tanto que o lençol tava todo vermelho de sangue. [...] Eu não dormia não – ficava a noite todinha com a luz acesa. Olhando eles em cima de outros chupando os outros. [...] O cara morto de trabalhar, lavava só os pés, os braços, as mãos, o rosto. Coragem de tomar banho ele não tinha, porque era água fria [...] mas o cansaço era tão grande que ele trabalhava, dava tudo dele, o dia e a noite, o pedaço da noite. E o resto da noite chupava o sangue dele” (RIBEIRO, 1980, p.77-78 apud TEIXEIRA, 1996, p.21-22).

Ao contrário das boas instalações, “alojamentos confortáveis, boa comida, cinema, locais para palestras, assistência médica”, “que eram propagadas pela propaganda oficial no campos e pequenos núcleos urbanos” (TEIXEIRA, 1996, p. 13) o que se via era o caos e o sofrimento dos homens que davam o seu sangue 24 horas por dia para finalizar a sonhada “capital da esperança” idealizada por tantos personagens políticos. Além dos péssimos assentamentos e condições alimentares, os *candangos* ainda tinham que sofrer nas mãos da truculenta Guarda Especial de Brasília (GEB), uma espécie de corporação policial temporária criada pela NOVACAP, para controlar a população que não parava de crescer. Episódios de violência e arbitrariedade contra os trabalhadores caracterizaram essa guarda durante seu período de atividade.

A violência policial foi muitas vezes relatada pela imprensa da época. A reportagem a seguir mostra um pouco do que era a GEB. Segundo esse trecho, os canteiros de obra eram constantemente ambiente de

Jagunçada e prepotência em Brasília. [...] Ou Brasília começa desde já, a civilizar-se, ou não suportaremos, por mais tempo, esse ambiente de jagunçada e prepotência que favorece alguns poderosos, em detrimento dos trabalhadores. Que a voz da imprensa moralize Brasília [...] A Novacap, encarregada de manter, inclusive, o policiamento da futura capital do país... está investindo na função de policial indivíduos completamente desprovidos de condições para tanto, analfabetos, pode afirmar-se, truculentos, e que estão cometendo uma série de arbitrariedades (RIBEIRO, 2008 p.56).

Esse trecho, retirado do jornal, O GLOBO publicado em 20 de maio de 1958, nos dá uma prévia do que os trabalhadores passavam nas mãos desses guardas. Sem treinamento algum, escolhidos por critérios estritamente físicos. De acordo com uma publicação feita pelo Jornal A HORA, de São Paulo em 14 de junho de 1958 a GEB era

extremamente violenta, encaminhava quase todos os dias as suas vítimas para o hospital e diziam, por brincadeira, naturalmente, que o exame de seleção do comandante exigia apenas que o candidato levantasse um saco de 70 kg para provar se tem ou não força (apud RIBEIRO, 2008 p. 57).

Os jornais retratam somente uma pequena parte do que viviam os trabalhadores nas mãos da GEB. Eram explorados incessantemente pelas firmas construtoras. A legislação trabalhista era tratada como se não existisse: “Demitiam sem indenização, fraudavam o pagamento de horas extras, não pagavam corretamente aviso prévio, férias etc.” (TEIXEIRA, 1996 p. 26). Operários eram demitidos arbitrariamente por se negar a fazer horas extras. Os relatos dos trabalhadores nos dá uma ideia de como funcionava a jornada de trabalho:

Trabalhava-se de dia e noite, em turnos de segunda a domingo (nem feriados e dias santos eram respeitados), sem o que o organograma governamental não teria sido cumprido e nem o presidente Kubitschek teria conseguido atingir seus objetivos políticos (TEIXEIRA, 1996 p. 20).

Sem o sacrifício desses fortes homens que deram todo seu esforço nada disso seria realidade. O plano de JK continuaria sem sair do papel. Porém os *candangos* nunca foram realmente incluídos no plano desenvolvimentista do governo, apesar de pensarem fazer parte deste. Em lugar disso, foram tratados de forma desumana do início ao fim da construção. Vejamos a seguir, mais um relato que traz a tona a realidade escondida pela história oficial:

Eu me lembro bem que o salário naquele tempo era nove cruzeiros. A gente trabalhava direto, 14, 15, 16 horas. Muitas vezes pegava no serviço seis da manhã, trabalhava-se o dia todo direto, e vinha parar no outro dia às seis horas. No dia que eu fazia uma coisa dessas, e muitos fazia isso, era a VIRADA, que falavam naquele tempo. Aí eles dava o outro dia pra gente dormir, descansar e tal. O negócio era roxo. Virada, essas coisas os homi obrigava a gente. Se tinha chegado novato, pelejando pra ganhar mais dinheiro e tal, enfrentava aquela dureza toda. O horário de 10 horas a gente fazia muito pouco. No mais era virada ou serão, trabalhava domingo e feriado (jornal CIDADE LIVRE, DF, janeiro de 1977 p.20 apud TEIXEIRA, 1996, p.23-24)

A exploração extrema era comum durante a construção de Brasília, por causa do tempo curto na qual a obra deveria estar pronta. “Com prazos apertados para entrega nas obras, só admitiam aqueles *candangos* que aceitassem a se submeter às suas normas e que trabalhassem duro” (TEIXEIRA, 1996). A comida ruim, que as vezes chegava podre as mãos dos trabalhadores, também causava vários descontentamentos, “motivava frequentes

gritarias e confusões nos acampamentos, porém quando havia qualquer indicio de reivindicação ou protesto por causa da exploração extrema e falta de dignidade humana, estes eram barrados pela GEB através de repressão intimidatória e violenta. (TEIXEIRA, 1996, p. 22-26). Uma dessas repressões, culminou em um episódio sangrento que Brasília “ O massacre da construtora “Pacheco Fernando Dantas em 1959”, que resultou na morte de vários operários que reivindicavam apenas uma alimentação digna. Esse episódio representa uma grande prova de manipulação ideológica por parte da memória oficial, que como veremos acobertou o fato o máximo que pôde, obscurecendo e ofuscando o caso que manchou toda a àurea positiva que se tinha em torno da cidade.

CAPÍTULO 2: MASSACRE DA PACHECO FERNANDO DANTAS EM 1959

2.1 Criação e características da GEB

As condições desumanas na qual vivia o *candango* nos campos de construção de Brasília, culminava em manifestações que muitas vezes acabavam por ser reprimidas pela Guarda Especial de Brasília (GEB). Uma dessas repressões terminou em um caso que ficou conhecido como o Massacre da GEB que aconteceu no canteiro de obras da construtora Pacheco Fernando Dantas no ano de 1959. Mas antes de adentrar mais profundamente ao fato, precisamos antes saber qual foi o contexto que levou a sua criação e quais eram as características da guarda.

Com a criação da NOVACAP, estatal responsável por gerir a construção da capital, viu-se necessário criar também uma espécie de polícia vinculada a mesma, “que foi responsável pela insegurança da população,” (RIBEIRO, 2008, p. 55).

A precariedade era a característica dessa guarda montada de qualquer forma pela NOVACAP¹⁰. Comandada por oficiais aposentados, composta por homens escolhidos por critérios simplistas e nada usuais no que se refere aos processos que geralmente passa um indivíduo que quer adentrar nas fileiras de uma força policial – Provas seletivas, testes físicos, treinamento adequado- (RIBEIRO, 2008), esses homens eram colocados nas ruas sem nenhuma capacitação para lidar com a população de trabalhadores que vieram à Brasília com a utópica visão de possuir uma vida mais digna, resultando assim nos diversos episódios de violência que caracterizavam a ação dessa guarda.

Inicialmente idealizada para cuidar apenas do patrimônio das empresas- visto a existência de maquinários pesados que estavam instalados nos acampamentos¹¹- , foi também

¹⁰ Com a organização da Novacap foi criado um organismo paramilitar, que se chamou guarda especial de Brasília, conhecida pela sigla GEB, espécie de grupo de segurança ou guarda policial, infundindo mais temor do que respeito. Era comandada por um general reformado e alguns oficiais militares, atuando, de fato, pela orientação rotineira de alguns delegados ou comissários vindos das polícias de Minas Gerais ou Goiás. Os praças eram escolhidos entre os candangos de maior porte e alguns ferozes elementos da polícia goiana. De início, aproximadamente 300 homens, que usavam uniforme amarelo, aproveitado das sobras do antigo fardamento da FAB. [...] Um policiamento organizado de modo tão primário representava os poderes do próprio estado (aceito, ou imposto, não cabe agora discutir), com um mínimo de estabilidade e equilíbrio para o único objetivo que se tinha em mira: construir Brasília. [...] Como era de se esperar, esses primitivos métodos iriam favorecer toda sorte de abusos de autoridade, prosperando violências, extorsões, subornos, e prevaricações. (JOFFILY. Apud. RIBEIRO, 2008, p. 55)

¹¹ Segundo o relato do primeiro chefe de polícia de Brasília, Coronel Muzzi: No mês de janeiro de 1957, conversava com o Dr Israel Pinheiro, em seu gabinete de trabalho no Rio de Janeiro, quando surgiu a ideia de ser instalado um policiamento oficial em Brasília, para manter vigilância sobre o material pesado das companhias, que se achava espalhado pelo acampamento, pois, já havia ocorrido alguns casos de furto. Ficou estabelecida

atribuída a ela, a missão de “manter a ordem” nos conglomerados populacionais da nascente capital como a famosa “Cidade Livre.” Segundo um relato retirado da obra de Hermes Teixeira (1996),

Esse agrupamento policial primitivo, vinculado à Divisão de Segurança Pública da Novacap, surgiu inicialmente com o nome de Guarda Policial (GP) e era encarregada de atuar mais na área urbana: a Cidade Livre, a própria sede da Novacap e de garantir a segurança das autoridades que dirigiam o empreendimento governamental. Para áreas não Urbanas, paralelamente foi criada a GRN – Guarda Rural da Novacap, cujas atribuições estavam voltadas para exercer controle sobre a flora e fauna, cerâmicas e granjas da Novacap, além de vigilância sobre os acampamentos das companhias construtoras [...] esse pequeno e improvisado destacamento de 25 guardas, composto segundo a expressão de um *candango* por “gente pegada a pêlo de cachorro, não estava preparado para exercer a função policial e nem para o contado diário com a população trabalhadora” (TEIXEIRA, 1996: 36- 37).

Observamos acima os primeiros passos desse grupamento, que iniciou com um pequeno contingente com a função de atender as demandas protetivas da Novacap e seus dirigentes e ao mesmo tempo cuidar de possíveis faltas que os *Candangos* poderiam cometer. A expressão “gente pegada a pêlo de cachorro” nos mostra a desorganização e falta de preparo das fileiras dessa corporação. A forma na qual estava estruturada esse projeto de “segurança pública” era tão absurda que se custa acreditar que isso fazia parte de um órgão advindo do aparelho estatal. “O suporte jurídico que de alguma forma pudesse respaldar a ação policial era inexistente” (TEIXEIRA, 1996). Segundo o relato de Severino Manoel do Santos, antigo membro da guarda disse que:

Nós não tínhamos delegado, não havia delegacia, não havia juizes , não havia nada, não é? Era tudo feito na crua. (riso) O cara errava? A gente, a poli... a Guarda pegava, amarrava ele, botava dentro dum, dum dum.. dum quadrado de madeira que tinha abaixo da Novacap, 8 metros por 6 metros

então a criação da “Divisão de Segurança Pública da Novacap, isso aconteceu no dia 20 de fevereiro de 1957 (Jornal de Brasília 23/04/78 apud. TEIXEIRA, 1996: 36).

-A NOVACAP, insatisfeita com o número reduzido de pessoal na pequena corporação, em Abril de 1958, solicita ao general chefe de segurança pública – D.F.S.P, Amaury Kruehl, a instalação de um policiamento oficial, dado que a guarda policial (GP) e a (GRN) era apenas uma medida paliativa da estatal. Como Brasília não possuía ordenação jurídica por ainda estar em fase de construção, o pedido não pôde ser atendido (TEIXEIRA, 1996). Porém, mesmo diante dessa constatação, consultou seus subordinados objetivando saber a disponibilidade mínima de pessoal de cada diretoria para atender à Novacap em sua pretensão. Como se pode deduzir dessas conversações, embora não tenha sido plenamente atendida em suas pretensões, pôde a Novacap receber apoio sob a forma de pessoal e material colocados a sua disposição, possibilitando estruturar e aparelhar melhor sua primitiva Guarda de Segurança. Diante desse impasse jurídico, posto que a Guarda Policial nunca existira do ponto de vista legal, a solução encontrada pela Novacap foi acionar o Governo de Goiás para que este respaldasse a existência de policiamento numa área em construção. Para tanto, foi elaborada a Lei estadual nº 2.364 de 09 de Dezembro de 1958, que autorizou a criação do Departamento Regional de polícia de Brasília – DRPB, que por sua vez, criou a guarda especial de Brasília - GEB, absorvendo as existentes Guarda Policial e Guarda Rural da Novacap e mantendo a maioria dos seus membros (TEIXEIRA, 1996, p. 40)

quadrados, botava lá dentro, ficava 3, 4 5 dias lá dentro, depois soltava. Não tinha encaminhamento de Justiça não. (TEIXEIRA 1996, p.37)

Ao depararmos com relatos como esse, a barreira que a história oficial construiu sobre nossa capital começa a se esfacelar, e quando seguimos mais adiante e nos deparamos com aquelas memórias que durante todo tempo nos foi omitida e ofuscada, a memória considerada subalterna de todos aqueles trabalhadores que fizeram do “sonho de JK e do Brasil” se tornar possível. A utopia da capital da esperança, do desenvolvimento e que iria proporcionar uma vida melhor, vai se esvaindo e o que aparece de frente aos nossos olhos é a escuridão, o sofrimento e as arbitrariedades que durante todo o período de construção foram realidades na vida de cada um dos homens e mulheres que saíram de suas terras em busca de um *El Dourado*. A cidade nova, aos poucos foi se revelando como um inferno no qual a dignidade que lhes restavam foram suprimidas. O mesmo governo e o plano de desenvolvimento que estes homens tanto imaginavam fazer parte, foi também o que os abandonou e os deixou sem o mínimo respaldo do Estado. Jogados a própria sorte, sem que seus direitos trabalhistas, e de cidadania fossem respeitados. A forma de tratamento aos trabalhadores que podemos ver no relato acima, de forma totalmente truculenta e agressiva acaba se tornando como uma antítese do que a memória oficial quer resguardar sobre Brasília. Essa realidade que ocorreu nos canteiros de obra mancha completamente a imagem positiva que tanto vemos nos livros didáticos e nas literaturas sobre o tema que estão ao nosso alcance. A necessidade de se manter uma imagem positiva sobre a cidade e excluir qualquer rastro da sua história que destruía sua imagem de triunfalista, faz com que esses fatos sejam deixados de lado pela memória oficial, fazendo com que muitas vezes estas características caíam em esquecimento.

2.2 O Massacre

Por baixo da Memória Oficial, existe a memória do subalterno, do trabalhador que pôs a mão na massa para levantar as estruturas de Brasília. Suas memórias geralmente se sustentam pela tradição oral e estão guardadas pelas vivências de cada indivíduo que participou da construção de Brasília (SOUSA, 2014).

8 de Fevereiro, noite de carnaval. Nesse contexto que entra o massacre acontecido no acampamento operário da Pacheco Fernando Dantas no carnaval de 1959 em Brasília. Policiais da GEB (Guarda Especial de Brasília) invadiram o acampamento da Pacheco

Fernando Dantas e abriram fogo contra os operários devido a um motim causado pela má qualidade de alimentação. Porém, afinal do que se trata esse acontecimento que foi repetido tantas vezes no decorrer das argumentações? Quais foram os motivos que desencadearam o massacre e como a contraposição de memórias pode ser observado no fato? Esse é a direção que tomaremos a seguir.

Como comentamos no primeiro capítulo, a situação insalubre na qual viviam os *candangos* nos acampamentos das empreiteiras sempre foram os principais motivos que causavam o seu descontentamento. O principal motivo, centro das maiores confusões, era a má qualidade alimentar. Podemos confirmar isso em um trecho retirado da obra de Gustavo Lins Ribeiro “O Capital da Esperança (2008):

Em um cotidiano quase inteiramente permeado pelo trabalho, a alimentação tornou-se uma das questões centrais, tanto internamente ao operariado quanto em sua relação com os controladores de sua vida no território da nova construção. São numerosos os conflitos tendo por centro essa questão. Geralmente se expressam em rebeliões operárias que exprimiam seu descontentamento, destruindo instalações das cantinas e agredindo os seus trabalhadores ou responsáveis (RIBEIRO, 2008, p. 225).

A comida ruim era um fato comum vivenciando nos canteiros de obra. “Depois de uma longa espera em filas quilométricas, cansados e nervosos, a comida que recebiam, regra geral, era péssima e não mais se estranhava no cardápio diário a companhia assídua de pedras, baratas e outros insetos” (TEIXEIRA, 1996, p. 22).

É compreensível a ira de um trabalhador que passou horas e horas em trabalho pesado se deparar com uma situação dessas. O confronto muitas vezes era inevitável. Vejamos a seguir trechos de relatos de trabalhadores com relação a esses episódios:

“Inclusive a comida era muito ruim. Comida muito ruim. Descontava no pagamento. E a comida ruim de vez em quando a gente reclamava. Houve muito quebra quebra por causa da comida, por causa da comida ruim” (RIBEIRO, 2008, p. 225). Além da comida ser ruim, era descontada da conta dos trabalhadores, sendo esses mais um agravante para essa situação calamitosa. Para piorar, outro fato recorrente eram surtos de doenças que passaram a vivenciar os *candangos* devido a má qualidade higiênica na comida.

Alguns *Candangos* ainda se lembravam do surto de infecção intestinal que ganhou contornos de verdadeira epidemia. Com medo de o mal se alastrar pelos demais acampamentos e comprometer o andamento das obras, as autoridades orientaram a distribuição em massa de um medicamento, que seria usado pelos operários antes das principais refeições .- Era um líquido amarelo, embalado em um tubinho de vidro. Acho que se chamava Lactobiosine. Fazia dó de ver, porque da barriga dos peões só saía água e

sangue- conta Edgard de Paula Viana, ex operário da Construtora Braenco, agora na condição de presidente do sindicato da categoria (BEÚ, 2012).

A realidade torna-se cada vez mais cruel ao se deparar com relatos como esse. Ao invés de se resolver os problemas higienicos na alimentação e proporcionar uma melhor qualidade de vida aos operários, preferiam comprar remédios para que as infeccões não se alastrassem para “não comprometer o bom andamento da obra.” O *candango* é representado como descartável, e insignificante com relação ao “bem maior” que seria o erguimento da nova capital. Porém, ao analisarmos os fatos, será que a construção de uma cidade que não passou de uma utopia nas mentes dos dirigentes durante vários séculos, valeu o sacrificio de vários *candangos* que sofreram, foram tratados em condições subumanas e padeceram em prol do sonho de JK? Será que realmente valeu a pena? Quem saiu ganhando com tudo isso? O pobre trabalhador rural que veio do interior para melhorar de vida ou o grande empresário dono de vários hectares de terra que viu a construção de Brasília como um meio de trazer o desenvolvimento para perto de si e aumentar seus lucros? Ao se esbarrar com todas essas memórias que colocam em evidencia o sofrimento do *candango* em prol de uma ambição majoritariamente elitista, toda a magnificência que permeiam ao redor de Brasília passa a perder a cor. Os motivos que ocasionaram o massacre Pacheco Fernandes não foram um caso único. Como vemos a seguir, em outras construtoras o problema também era presente:

Em Novembro de 1958, o acampamento da construtora Rabelo foi invadido pelos batepaus da Novacap. O motivo foi o mesmo: reclamação contra a comida de péssima qualidade. O encarregado geral chamou a policia e cinco operários foram presos e só foram libertados pela interferência do capitão Kleber (Comandante da 6º Companhia do exército) (TEIXEIRA, 1996, p. 47).

Cenas como essas eram constantes, frequentemente a GEB era chamada para reprimir possíveis motins com requintes de extrema violência. “No tocante aos conflitos vinculados à alimentação, a atuação da GEB chegou a um limite extremo de violência na noite de 8 de fevereiro de 1959, durante um carnaval” (RIBEIRO, 2008, p. 228). Um dos casos mais marcantes, considerado um dos mais sanguinários que Brasília vivenciou e que por tanto tempo permaneceu enterrada e esquecida no campo das memórias. Os relatos sobre o que aconteceu naquela noite são diversos. Há uma certa discrepância com relação ao número de vítimas além de ser quase

Impossível recuperar com absoluta clareza o que se passou naquela noite, sobretudo porque os detalhes do confronto foram encobertos pelas

autoridades que deram versões que, de maneira geral, contradiziam frontalmente as informações não oficiais (RIBEIRO, 2008, p.228).

A nebulosidade desse fato, explicita a tentativa da memória oficial apagar esse acontecimento da história de Brasília para que sua imagem imaculada não fosse comprometida. Como tentativas de amenizar a gravidade do ocorrido, os meios oficiais relataram o fato de uma forma que viesse a diminuir as proporções que tomou as ações da GEB. Podemos ver isso na fala do ex diretor da NOVACAP Ernesto Silva ao Jornal *Correio Braziliense* 27/01/1994:

O fato isolado e único ocorrido durante os três anos e meio da construção de Brasília decorreu de uma revolta de trabalhadores seguida de depredações dos alojamentos e repelida pela polícia. Da refrega, houve apenas um morto. (apud SOUSA, 2014, p. 8).

Apesar das diversas especulações que envolvam o tema, relacionado ao número de mortos, a estrutura da evolução dos fatos é a mesma. Gustavo Lins (2008) sintetiza bem o que ocorreu:

Noite de Carnaval. Operários (três no máximo) chegam do trabalho para comer na cantina e não encontram comida que deveria ter sido provida pela administração. Resto lhes é servido, comida de má qualidade. Irritam-se, ou um deles se irrita e arremessa o prato no encarregado da cozinha, no cantineiro, ou no cozinheiro. Os outros operários se solidarizam. Alguém (o agredido, um sargento, um engenheiro, o chefe de cozinha, o dono da cantina, “gente da alta”) chama a polícia. A polícia enviada é pouca. Os operários não deixam seus companheiros serem presos. Um reforço de grande número de soldados chegam atirando. Grande Tiroteio. A polícia não pergunta nada, já vai atirando contra os alojamentos. Mataram muita gente. Muitos morrem em suas camas. Outros são despertados violentamente e colocados em fila com as mãos na cabeça, espancados e humilhados. Não se sabe se morreram vinte, quarenta, oitenta, cento e quarenta. Mortos são transportados em caminhões basculantes para uma vala no meio do cerrado. Não há divulgação do que realmente aconteceu. Em Brasília era duro. Tinha ordem, a GEB era para isso mesmo. Não houve providências (RIBEIRO, 2008, p.230).

Assim foi o ápice da Truculência da GEB, que resultou em vários mortos e feridos. Sangue foi derramado pelo simples fato destes homens reivindicarem um tratamento mais digno, algo que em tese era direito deles como cidadão. Homens que outrora achavam fazer parte de um plano desenvolvimentista do governo JK e colocaram suas esperanças nas mãos do projeto, agora eram levados em caminhões e enterrados como indigentes conforme é relatado em uma entrevista feita por Vladmir Carvalho no seu documentário “Conterrâneos Velhos de Guerra” a um trabalhador. O cineasta pergunta:

-Você estava aonde na hora dos tiros? Você ouviu os tiros?

-Operário: Ouvi os tiros. Estava dentro do alojamento que foi atingido também. Nisso a gente saiu correndo para não ser atingido também. Nisso a gente saiu correndo para não ser atingido dentro do nosso alojamento da Rabello

-Quem atirou?

-Operário: Foi a GEB, a polícia da Velhacap. Veio aqui e atiraram

-Por que foi isso? você sabe?

-Operário: Foi reclamo de comida na cantina, diz que não era boa comida. Então eles revoltaram. A polícia veio aqui para prender eles e eles não quiseram entregar. Eles voltaram novamente. Eles foi lá no posto, na Velhacap, voltaram novamente aqui e fizeram os disparos

- Você disse que saia caminhão basculante cheio de defunto.

-Operário: Sim saiu. O jornal disse que tinha morrido gente. Mas saiu basculante de defunto para enterrar no cerrado

-E o trator? Você disse que conheceu gente que foi enterrado de trator.

-Operário: É foi enterrado de trator. Então, até nós, a turma juntou para ir embora. Não podia fazer nada, nós pequeno não tinha dada a fazer... nós era atingido e não tinha punição (CARVALHO, 1990 apud CARDOSO 2004).

Além desse relato, podemos ver a seguir a fala de outro trabalhador que, embora de forma diferente, o padrão da história é a mesma:

O major... mandou uma turma entrar e fazer fila, todo mundo fazer fila e apanhar e quem corresse levava chumbo, que corresse...

Teve nego que morreu engalhado no arame, pulando, que tinha a cerca que passava pra Rabello... teve nego que morreu na cama dormindo....

Mas o que mais me chocou mesmo foi aquela morte daqueles cara que morreram dormindo, foi o que mais chocou. Na época disseram que o cara carregou esses mortos ganhou um caminhão F-600. Um caminhão F-600 da Ford, o cara ganhou. Um tal de um Manoel, um baiano, não esqueço o nome desse cara até hoje. Moreno, baixo, que era motorista do escritório, não era de obra, era do escritório. Diz que ele carregou. Jogou na Lagoa Feia, em Formosa a maior parte ta lá.

O atentado contra os trabalhadores em 1959 causou um grande impacto na vivência social daquele espaço. A frieza dos envolvidos no massacre chega a nos chocar. Nem mesmo os homens que se encontravam dormindo escaparam daquela noite sangrenta. O medo, causou o exílio de vários trabalhadores “que com medo, ou abandonaram a região ou foram se empregar em outras construtoras” (CARDOSO, 2004, p. 186). Porém os operários não ficaram inertes diante da situação. Indignados por causa da fala do Chefe de polícia de Brasília Osmar Soares Dutra, que “usando palavras tranquilizadoras, afirmou taxativamente serem inverídicas essas notícias alarmantes pois segundo ele, na ocasião houve apenas um morto e três operários ficaram feridos” (TEIXEIRA, 1996, p. 49-50).

Os operários esboçaram alguma resistência imediata. Segundo informações do emissário da Associação dos Trabalhadores na Construção Civil de Brasília, enviado a Goiânia para exigir providências das autoridades competentes (ocasião em que passou vários telegramas dentre os quais um

para o Ministro de Guerra) a situação era de intranquilidade entre os operários da Pacheco Fernandes (TEIXEIRA, 1996, p.50)

A Seguir vemos o trecho da notícia do Jornal “ O Popular” de Goiânia escrito em 20/02/1959 que relata o clima de indignação dos *candangos* da Pacheco:

Todos os operários da “Cia. Pacheco Fernandes”, em numero de mais de mil e trezentos homens, em virtude do massacre, deflagraram greve. Afirmam que não voltarão ao trabalho, enquanto os responsáveis pelo trucidamento não forem detidos por autoridades competentes (TEIXEIRA, 1996, p. 50)

Dentre todos os episódios de truculência praticado pela GEB, esse fato foi a gota d’água para os trabalhadores. Sua paralisação e reinvidicação de punição aos culpados resultaram em “telegramas enviados a várias autoridades pelo presidente da Associação dos operários” que acabaram sendo registrados pela imprensa “ e feita uma “cobrança” ao senhor Autran Dourado, então Chefe do serviço de imprensa da Presidência da Republica (TEIXEIRA, 1996, p. 51). Mas como veremos a seguir, não houve o mínimo esforço do governo em resolver o caso, mas pelo contrário, tentaram de todas as formas abafar o fato e menosprezar a sua proporção catastrófica. Para eles a finalização do grande projeto de construção da capital era mais importante do que a morte de “meros trabalhadores”. A guerra entre as memórias é algo claramente visto. Manter a imagem de uma Brasília perfeita era a prioridade dos dirigentes. Como uma forma de entender melhor essa disputa, no subcapítulo seguinte será abordado de uma forma mais abrangente o tema em questão, para esclarecer essa dinâmica que perpetua entre as classes sociais.

2.3 A disputa de memórias

A invisibilidade do fato ocorrido nos canteiros de obra da Pacheco Fernandes em 1959 é algo que se pode perceber claramente nas histórias oficiais. As literaturas tradicionais sobre a construção de Brasília sempre tem como centro o “ ponto de vista dos poderosos, dos politicos, dos engenheiros e dos administradores e se esquecem da vida cotidiana dos milhares de trabalhadores migrantes, anônimos, que construíram a cidade a tempo de ser inaugurada em 21 de Abril de 1960” (RIBEIRO, 2008, p.13).

Para Le Goff (1990), a memória coletiva faz parte “das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em via de desenvolvimento, das classes dominante e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção”. Nesta esfera de poder, muitas

vezes ocorre a manipulação da memória, favorecendo a cristalização de tradições desenraizadas das suas origens populares e sustentadoras de práticas de exercício do poder desligadas dos processos reais das lutas das classes subalternas (apud SOUSA, 2014, p. 2-3).

Através do trecho da obra de Le Goff, vemos que essa constante disputa pela hegemonia da memória é presente em todo meio social na qual há o dominador e o dominado sendo que o primeiro sempre tenta se impor ao segundo. O massacre se encaixa completamente nesse contexto na qual há uma constante tentativa da “classe dominante” que seriam os dirigentes da construção, tentam deturpar o fato ocorrido com os *candangos* – classes subalternas – escondendo os fatos. Porém, a memória subalterna não permanece inerte. Pollack (1989), enfatiza o conflito entre a memória subterrânea e a oficial, que constantemente busca formas de silenciá-la, distorcendo seu real significado. Porém, os dominados não permanecem eternamente inertes, sempre buscando meios de adentrar na memória coletiva e resgatar o que foi censurado pelo dominante, tornando o campo das memórias palco de conflitos.

E como essas memórias invadem o espaço coletivo? As memórias subalternas comumente tem suas bases na história oral, que é aquela que se passa de geração em geração e que é vivida por um grupo de pessoas que passaram pela experiência de um fato em comum.

Para Halbwachs (1990, p. 75), a memória ganha e se enriquece com os novos quadros elaborados por outras pessoas sobre os fatos vividos individualmente, pois é impossível duas pessoas “que viram o mesmo fato, quando o narram algum tempo depois o reproduzam com traços idênticos”. Deste prisma, a memória é formada pelos acontecimentos vivenciados individualmente e aqueles vividos pelo grupo ou coletividade, cujo papel é reforçar e/ou completar as lacunas das lembranças das pessoas. Segundo o autor, a **memória coletiva** é formada pelas lembranças dispersas na sociedade que reafirmam a identidade dos grupos e a sua coesão social. Tendo em vista que a memória é seletiva, ela volta no tempo, sofre transformações ao longo da vida das pessoas, ou seja, é uma memória em permanente reconstrução, pois o tempo da memória é social (apud. SOUSA, 2014, p. 2).

Esse trecho de Halbwachs nos faz refletir sobre as peculiaridades da história oral. Devido às transformações que ela sofreu no decorrer do tempo e também a individualidade de cada personagem que viveu o fato que consolidou a memória, resultando assim em algumas distorções sobre o ocorrido. Desse modo

O estado se reservava, assim, o poder de possuir a versão verdadeira que se contrapõem àquela que ficou registrada entre os trabalhadores como memória popular e que está sujeita, principalmente quando entra o trabalho

da dimensão tempo, a uma série de deformações. Assim. A história passa a ser contada como: eu ouvi dizer que... dizem por aí que...etc. [...] Ao comparar essas formas com o conhecimento das academias, ressaltasse sua desorganização, seu caráter mítico, contraditório e fantasioso. Assim, esses relatos não são verdadeiros. A história é a história da classe dominante que tem acesso, até mesmo, às maneiras eruditas de legitimar-se como em um ciclo de auto elogio. Outras forças formadoras da sociedade ficam, grosso modo, como se evidencia no caso em estudo, sem suas histórias, por elas escritas e narradas como sujeitos em si mesmas (RIBEIRO, 2008, p.233).

O fato de o Estado ser considerado o detentor do monopólio do saber, também é um fator que coloca em descrédito a história subalterna, que no decorrer do tempo se transforma em mito, sendo assim, muitas vezes ignorados pelos próprios historiadores. Por esse motivo há uma necessidade de trazer a tona essas memórias esquecidas no tempo e

Para resgatar as memórias subterrâneas presentes em uma determinada sociedade, torna-se necessário utilizar a história oral como um instrumento fundamental para reconstruir o passado a partir das memórias individuais, onde cada pessoa busca lidar com as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais. Aí se torna possível recuperar o silêncio, ao dar voz e trajetória às imagens e sentimentos vivenciados outrora, ainda não conhecidos no presente. (SOUSA, 2014, p. 4)

A fonte oral é a única arma que os *candangos* podem usar para questionar a memória oficial e se colocarem como protagonistas nessa história que foi manipulada e descredibilizada pela classe dominante. O exemplo mais marcante disso é em relação ao número de mortos no massacre. As notícias passavam, segundo Ribeiro (2008, p.231) a “induzir o leitor a sentir-se aliviado porque não morreu tanta gente como fazia crer a balela.”

Pois bem: correu nesta cidade a noticia de que haviam massacrados nada menos que quarenta pessoas! Depois o numero baixou pra treze. Outra notícia, já nos dava conta de que apenas nove pessoas tinham morrido, havendo mais de quarenta feridos (sic). Tudo Balela. Tudo mentira,[...] [Passam a transcrever um telegrama enviado pelo diretor do Departamento Regional de Policia no território da construção, ao secretário de Segurança de Goiás, na época]:

Em resposta ao vosso Rádio nº 51, de 11 do corrente, informo que o incidente ocorrido na noite do dia 8 entre elementos policiais e operários da firma construtora Pacheco Fernandes resultou em um morto e três feridos. Situação está completamente normalizada não havendo greve ou qualquer perturbação e os culpados estão todos presos, inclusive os vinte e sete policiais. Foi instaurado o inquérito (RIBEIRO, 2008, p. 231)

Vemos o exemplo mais concreto do trecho de Pollack (1989) citado anteriormente de que a memória oficial sufoca e esconde a memória subalterna, distorcendo o que realmente aconteceu. Os dirigentes tentaram de todas as formas diminuir a gravidade do fato, reduzindo

o número de mortes a 1 enquanto alguns trabalhadores registram 140 mortes, como se matar 1 ou 140 diminuísse a gravidade do ato. Gustavo Lins (2008, p.232) diz que

As diferenças das versões, segundo ele, se tornam expressas na diferença de número dos mortos, mostram também que o lado agredido enfatiza a dimensão da agressão por meio de grandes quantidades. Já o lado do agressor tenta minimizá-la pelo mesmo elemento, o número de mortos.

Continuando com Gustavo Lins (2008, p.232), ele cita que “a versão oficial veio fortemente carregada de aparência de verdade uma vez que foi veiculada pelas autoridade constituídas, fazendo com que a suposta neutralidade do Estado fosse o aval de sua veracidade”. Através dessa passagem, percebemos que a impunidade e encobrimento do ocorrido se deu grande parte pela forma que o governo federal fechou os olhos diante da situação tratando-a como algo insignificante frente o andamento das obras que possuíam prazos apertados para o término. Suas falas sobre o ocorrido demonstram desconhecimento e indiferença sobre o ocorrido. Desse modo, para analisar o que estas personalidades pensavam sobre Brasília e sua construção, no próximo subcapítulo analisaremos mais detalhadamente a versão oficial do ocorrido, para que as discrepância entre os relatos - história oral contada pelos operários x dirigentes – sejam expostas mais claramente, e assim possamos observar as relações de luta pela dominação da tradição e da recordação, que torna-se uma arena de embates entre memórias subterrâneas e memória oficial (POLLACK, 1989 apud SOUSA, 2014, p. 12).

2.4 Olhar oficial sobre o acontecido

O episódio do massacre dos operários está cercado por uma série de versões que se dividem em dois eixos: de um lado, os representantes do governo federal que afirmaram ter sido um episódio sem relevância, e somaram a eles as notícias publicadas dias após o acontecimento pelos grandes jornais do país, e de outro, os depoimentos de trabalhadores e profissionais de Brasília e as matérias publicadas pelos jornais Binômio de Belo Horizonte e O Popular de Goiânia. (SOUSA, 2014, p. 7)

O trecho acima sintetiza bem qual era a visão oficial sobre o ocorrido: sem importância, tratado como um caso isolado e insignificante frente ao cronograma de obras a ser cumprido nos canteiros de obra. De acordo com Heloisa Helena Pacheco Cardoso (2004),

No momento em que as memórias controem uma história da cidade, os elementos ressaltados pelos dirigentes do projeto de construção voltam se para as ações que possibilitam engrandecer a iniciativa pessoal, o arrojo do empreendimento e a modernidade da nação, dos quais são protagonistas (CARDOSO, 2004, p. 176)

Em uma entrevista feita com Oscar Niemeyer e Lucio Costa por Vladimir Carvalho em sua obra *Conterrâneos Velhos de Guerra*, a fala dos dois chega a chocar, devido tamanha frieza e indiferença na qual abordaram sobre o tema quando foram indagados pelo entrevistador.

Oscar Niemeyer tem a fala mais incisiva. Perguntando insistentemente sobre o massacre, que ele teimava dizer que não sabia da existência, e sobre sua reação caso tivesse sabido do acontecimento, a sua resposta é significativa: Matam tanto operário. É um regime de merda. Qual a importância de matar um lá. Tão matando todo dia aí, invadindo favelas. Se não fosse a insistência de Carvalho, o tema do massacre não faria parte do depoimento de Niemeyer. (CARVALHO, 1990 Apud CARDOSO, 2004, p. 176)

Nota-se que se o entrevistador não tivesse batido na tecla sobre o ocorrido, Niemeyer sequer iria falar sobre o ocorrido e quando decide falar usa casos aleatórios para justificar o massacre como algo comum. A seguir, veremos a entrevista com Lucio Costa que é igualmente chocante.

LC: Chacina? Eu nunca vi.

Cineasta- Se o senhor tivesse sabido disso na época, que reação o senhor teria?

LC- Não teria dado a menor importância. Nenhuma. São episódios. Do ponto de vista da construção da cidade, são episódios. Agora, a imprensa é que gosta de traumatizar as coisas. Falta de assunto. Não tomei conhecimento, não fui informado do episódio, mas se tivesse não teria dado a menor importância. (CARDOSO, 2004, p. 178)

Essas entrevistas nos mostra a irrelevância desse acontecimento na vida de Lucio Costa e Niemeyer. Essa frieza nos faz refletir o porquê a tragédia de 1959 não importa a esses homens. Isso se deve ao fato de esse fato não promover imagens positivas sobre a capital e seu ego.

Na fala do arquiteto, o que deve ser lembrado é a ousadia da empreitada no Planalto Central que reforça a sua identidade profissional e de pioneiro e a obra que ele deixa para as futuras gerações. São esquecidos os fatos que, na acepção do narrador, não compõem o seu próprio passado como homem público, conhecido pelo arrojo de seus projetos (CARDOSO, 2004, p.177)

Para os homens públicos do período somente memórias positivas devem ser lembradas. Coisas que não remetem ao enaltecimento de Brasília devem ser esquecidas.

Porque o massacre é insignificante? Porque não enaltece os dirigentes que participaram da construção. É algo que mancha a imagem da capital e por causa disso não merece destaque.

Nos meios de comunicação, a explicação minimalista e simplificada sobre o fato foi o que imperou nas notícias que correram o país sobre o ocorrido.

O destaque ficou com o número de mortos: O Jornal do Brasil (14/02/1959), A Notícia (13/02/1959) do Rio de Janeiro e O Estado de São Paulo (14/02/1959) [JORNAL DE PERNAMBUCO 13/02/1959 e o JORNAL ANÁPOLIS 15/02/1959] registraram a ocorrência de uma morte, sustentados nas informações das autoridades da NOVACAP. Contudo, não puderam omitir o registro de feridos no plural, ainda que em número reduzido (2) no caso de A Notícia, 3 (Jornal do Brasil e Estado de S. Paulo). Com caráter contraditório ficam as informações sobre o número de policiais presos pelo comandante do 6º. Batalhão de Guardas, o coronel Osmar Dutra: O Estado de São Paulo (diversas prisões) Jornal do Brasil (mais de vinte presos) e A Notícia (prisão de 36 suspeitos). (SOUSA, 2014, p.8)

A seguir, vemos a Notícia retirada do JORNAL DE PERNAMBUCO no dia 13 de Fevereiro de 1959

Verificou-se aqui um sério conflito entre a polícia mantida pela NOVACAP e os operários firma Construtora Pacheco Fernandes Ltda, encarregada da ereção do “Palácio dos despachos,” O incidente deu-se por motivos de somenos importância e vários trabalhadores tiveram que receber Socorro Hospital do IAPI, enquanto um deles são assassinado pelos policiais, a tiros. A repressão deu-se a bala e cassetetes. A associação comercial de Brasília pediu imediata dissolução do destacamento policial, que já tem provocado casos semelhantes. Muitos Operários feridos encontraram-se em Estado grave foi enviado telegrama de protesto ao Presidente Juscelino.

A maioria dos outros jornais que noticiaram o massacre possuiu o mesmo padrão, claro, com algumas diferenças. O que se pode observar, é a superficialidade da notícia, além da discrepância entre o que é escrito e o que viveram os *candangos*.

Os dois únicos jornais que fugiram desse padrão foi o BINÔMIO e o Jornal O Popular, que ao enviar repórteres para cobrir o acontecido – Dídimo Paiva e Honório Gurgel - relataram a carnificina da Pacheco de uma forma mais realista:

Início da tarde de domingo (dia 8 de fevereiro de 1959) quando alguns operários reclamaram da péssima qualidade da comida e a falta (constante de água). A reclamação foi logo apoiada pela maioria dos trabalhadores, o que levou o chefe de obras a solicitar a “Polícia da NOVACAP” para “exemplar os recalcitrantes”. Em poucos minutos chegava uma “batida” (quatro guardas) chefiados pelo “inspetor” Pimentel, que efetuou a prisão de dois operários. A selvageria dos policiais que começaram a espancar os trabalhadores foi o que motivou os graves acontecimentos. Vendo seus colegas agredidos a “cassetete”, os operários reagiram e impediram a prisão. Os guardas se retiraram e tudo levava a crer que o incidente estava encerrado. A polícia que já havia cometido uma violência (invasão de

domicílio), voltaria para a vingança. (*O Binômio* Belo Horizonte de 16/02/1959 apud SOUSA, 2014, p. 10)

Massacre policial: sangue de operários jorrou em Brasília” e descreveu o fato da seguinte maneira: “Verdadeiro pandemônio estabeleceu-se em Brasília no domingo último, quando terrível massacre foi feito pela polícia, tendo como consequência a morte de 9 operários, ficando mais de 60 feridos, alguns em Estado gravíssimo. Em vista deste fato, 1 300 operários deflagraram greve e afirmam que somente voltarão ao trabalho depois da prisão de todos os policiais envolvidos”. Mais adiante complementa: “às 23:30h chegava ao local um contingente policial composto de 60 homens armados de metralhadoras. No mesmo ritmo em que desciam de seu veículo, os milicianos, sem ao menos tomar conhecimento do que sucedia, foram disparando suas armas contra a multidão de operários (jornal *O Popular* de Goiânia em 10/2/1959 apud SOUSA, 2014).

Embora como vemos acima, alguns jornais narraram o fato de uma forma mais próxima da contada pelos *candangos*, o acontecimento continuou rebuscado devido ao fato da grande mídia ter mantido apenas relatos minimalistas que foram dados por membros da NOVACAP. Apesar do Binômio ter se esforçado um pouco mais, pelo fato de não estar satisfeita com a explicação oficial (TEIXEIRA, 1996), se tratava de um jornal muito pequeno com relação aos outros, fato que não permitiu que a notícia escrita por eles tivesse um alcance maior.

Apesar dos fatos “O poder público nunca assumiu os fatos como verídicos, mas as lembranças dos trabalhadores vêm alimentando uma memória sobre 1959 que os recolocam constantemente nas histórias da cidade.” (CARDOSO, 2004, p.174) Aí vemos a importância da história oral que, apesar de suscetivas tentativas da oficial em apaga-las, elas sempre resistem e voltam à tona.

Quando os indivíduos são escolhidos como testemunho de uma época e aceitam narrar acontecimentos a partir de si próprios, a história oral lhes possibilita a afirmação como sujeitos históricos e, por meio da explicitação das suas vivências, desejos e sentimentos, também do grupo social a que pertencem. O episódio de 59 se insere em um tempo histórico que é exaltado pela história oficial. Esta privilegia os caminhos do desenvolvimento e insere neles a construção de Brasília como linha única de interpretação da história do país. Os depoimentos dos trabalhadores, ao reelaborarem situações vividas na conjuntura dos anos 1950, têm uma outra dimensão que os recupera como atores (CARDOSO, 2004, p 185-189).

Nós historiadores, quando lidamos com a história oral, estamos de frente com uma memória dividida. Não somente entre uma hegemônica de um lado e uma dos trabalhadores do outro, mas também porque dentro dos dois lados, as memórias são múltiplas. (CARDOSO, 2004). A multiplicidade dessas memórias não descibiliza os relatos dos *candangos* que vivenciaram de perto o acontecido na Pacheco Fernandes. Portelli percebe que a

multiplicidade de significados presentes nas narrativas se interligam e transformam em um todo.

Um mito não é necessariamente uma história falsa ou inventada: é, isso sim uma história que se torna significativa na medida em que amplia o significado de um acontecimento individual (factual ou não), transformando-o na formalização simbólica e narrativa das auto representações partilhadas por uma cultura (PORTELLI, 1998 apud CARDOSO, 2004, p.189).

Tomando como base esses autores podemos observar a importancia de se estudar a memória subalterna e dar o seu devido valor. O embate entre memória dominante e subalterna é algo que sempre esteve arraigado na estrutura social. O subalterno é esquecido não pelo fato de ser fábula ou estórias ficticias passadas de geração em geração, pois no caminhar do texto, vimos que nada disso procede.

A história oficial, como vimos anteriormente se coloca como a detentora da verdade por ter explicações bem amarradas, porém simplistas e por isso, muitas vezes tratam a memória subalterna como inutil e sem credibilidade, fazendo com que essas permaneçam enterradas. Cabe a nós historiadores sairmos dos métodos de pesquisa engessados e olharmos para a fonte Oral com outros olhos, como um material digno de ser estudado e esmiuçado, para que assim como nos depararmos com novas perspectivas sobre a história de Brasília. Ao investigar o massacre do avesso, ou seja, pelo viés do trabalhador, muitas outras memórias subalternas serão desenterradas e trazidas a tona, confrontando assim a memória que nos quer ser imposta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disputa de memória é algo que está arraigado nas estruturas de nossa sociedade. O massacre da Pacheco Fernandes Dantas de 1959 é apenas um dos vários exemplos de acontecimentos abafados e distorcidos pela memória oficial, e isso não está distante de nós. Podemos tomar como exemplo o desastre de Mariana (MG) que ocorreu em 5 de Novembro de 2015, que apesar de ter tido uma certa relevância de imediato, porém com o passar dos anos, o caso caiu no esquecimento da memória coletiva. Podemos citar também a ditadura militar, na qual os atos de tortura praticados durante o regime é palco de disputa onde um lado tenta minimizar os acontecimentos, dizendo até mesmo que não houve tortura. Enquanto o outro confirma a existência dessas práticas desumanas que viéram à tona principalmente através da Comissão Nacional da Verdade que iniciou seus trabalhos em 2012 e investiga “graves violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988, mas o foco principal está nos delitos da ditadura militar. (SCHREIBER, 2014)”

“O poder publico nunca assumiu os fatos como verídicos, mas as lembranças dos trabalhadores vêm alimentando uma memória sobre 1959 que os recolocam constantemente nas histórias da cidade (Cardoso, 2004).” Brasília tem sim sua importância. O Objetivo do trabalho não foi destruir a imagem positiva da capital e tão menos tirar o mérito de Juscelino Kubitscheck mas sim, mostrar sua história sem a censura oficial e colocar o *candango* como protagonista. O *candango* também faz parte da história do Brasília e por isso deve ter seu lugar de fala. Teixeira (1996) nos mostrou que a utopia de conseguir uma vida melhor e de estar fazendo parte de um projeto desenvolvimentista de JK logo caiu abaixo, mostrando que Brasília não era para eles, e sim para suprir os interesses de uma elite que via a necessidade de aumentar seus lucros com a integração das áreas remotas aos grandes centros do país. Para o simples *candango*, o que restou foi a máxima exploração de sua força de trabalho além da violência em um local onde a lei não se fazia presente.

Os depoimentos dos representantes do governo federal (Lúcio Costa e Oscar Niemeyer) somados ao registro feito em livro pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira configuram uma narrativa que oculta os fatos levantados a respeito do massacre dos operários na construtora Pacheco Fernandes Dantas no domingo de carnaval de 1959. Ainda que o presidente da Associação dos Trabalhadores da Construção Civil e do Mobiliário de Brasília tenha informado às autoridades competentes do país a respeito do episódio e solicitado providências em relação aos responsáveis, a Presidência da República negou ter recebido telegrama com este teor. O desfecho do episódio, com o arquivamento do processo contra os responsáveis pelos crimes, encerra este processo de ocultamento de um fato

histórico testemunhado por diversos trabalhadores da construção civil e profissionais de outras áreas. (SOUSA, 2014, p. 12)

Apesar da indiferença do Estado sobre o caso, que acabou por ser arquivado, como se o que aconteceu tivesse sido apenas uma ilusão, a lembrança daqueles homens que vivenciaram os diversos problemas existentes nos canteiros de obras permaneceu viva na memória coletiva desse grupo. A História é poderosa, e quem detém esse poder, possui em suas mãos a legitimidade.

Ao dialogar com esses marginalizados, com o seu modo de ser e representar a sociedade, a História se renova, se ressignifica; assim, em decorrência do constante presente do historiador, a História nunca morre no pluralismo das suas interpretações, e o massacre nunca é esquecido, bem como nunca vai ser o mesmo (CYRÍACO, 2015).

O fato de o historiador estudar essas memórias soterradas e revive-las, acaba por legitimá-las “pois, no campo das reivindicações políticas, quem ganhar legitimidade, também ganha poder; quem ganha poder deixa de ser inominado, desconhecido (CYRÍACO, 2015)”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTAR, Rodrigo. **Agência Câmara Notícias**. Câmara dos Deputados, 24 Novembro 2010. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/CIDADES/146924-TRANSFERENCIA-DA-CAPITAL-PARA-O-INTERIOR-FOI-PROPOSTA-EM1821.html>>. Acesso em: 24 Novembro 2018.

BEÚ, E. **Expresso Brasília: A história Contada pelos Candangos**. 1º. ed. Brasília: UnB, v. I, 2012.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/MostrarIntegra.asp?CodTeor=1322871> . Acesso em: 29 de Novembro de 2018.

CARDOSO, H. H. P. Memórias de um trauma: O massacre da GEB (Brasília -1959). In: FENELON, D. R. **Muitas Memórias, outras Histórias**. 1. ed. [S.l.]: Olho d'Agua, v. 1, 2004. p. 313.

CARVALHO, Vladimir. **Conterrâneos Velhos de Guerra**. Filme documentário, 1990.

CYRÍACO, Guilherme Frederick Martins. O massacre da Pacheco Fernandes Dantas. Porque “uma construção no deserto não pode ser um minueto de cavalheiros”. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 20, n. 4251, 20 fev. 2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/31885>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

FOGAGNOLI, M. M. **"Almoçar bem é no SAPS!": os trabalhadores e o Serviço de Alimentação da Previdência Social (1940-1950)**. Universidade Federal Fluminense. Niterói, p. 119. 2011.

GOVERNO DO BRASIL. Gov br. **A chegada dos Candangos**, 2010. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2010/04/a-chegada-dos-candangos>>. Acesso em: 15 outubro 2018.

INSTITUTO Histórico e geográfico Brasileiro. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/AFPHCAlbquerque.html>>. Acesso em: 24 Novembro 2018.

JORNAL de Brasília. **Candango:** de termo pejorativo a elogio, 2018. Disponível em: <<http://historiasdebrasil.com.br/candango-de-termo-pejorativo-a-elogio/>>. Acesso em: 03 Novembro 2018.

JÚNIOR, R. D. L. R. **CIDADE, TRABALHO E MEMÓRIA: OS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA (1956-1960)**. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 110. 2008.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. Revista Estudos Históricos, vol. 2, no. 3, Rio de Janeiro, 1989.

RIBEIRO, A. 50 anos em 5: o Plano de Metas. **GGN o Jornal de todos os Brasis**, 2014. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/noticia/um-pouco-de-historia-o-plano-de-metas-de-jk>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

RIBEIRO, G. L. **O capital da esperança:** A experiência dos trabalhadores na construção de Brasília. 1º. ed. Brasília: Universidade de Brasília, v. I, 2008.

SANTOS, M. D. **A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA NAS TRAMAS DE IMAGENS E MEMÓRIAS PELA IMPRENSA ESCRITA (1956-1960)**. Universidade de Brasília. Brasília, p. 260. 2008.

SCHREIBER, M. **Oito descobertas da Comissão da Verdade**. BBC, 2014. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/03/140328_comissao_verdade_ms>. Acesso em: 29 Novembro 2018.

SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de. **O massacre da Pacheco Fernandes Dantas em 1959:** memória dos trabalhadores da construção civil de Brasília, 2014. Disponível em: <<http://unb.revistaintercambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/1251/2053.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2018

TEIXEIRA, H. A. **No Tempo da GEB (1956-1960) Trabalho e violência na Construção de Brasília**. 1°. ed. Brasília: Thesaurus, 1996.

VASCONCELOS, A. **A EPOPÉIA DA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA**. Brasília: Ed. Autor, 1989. 219 p.

VASCONCELOS, A. **MEMORIAL BRASÍLIA**. 2°. ed. Brasília: União Editora Artes Gráficas Ltda, 2000.

FONTES:

Cf. Depoimento. ArPDF. **Severino Manoel dos Santos**, 05/11/90, p. 4 a 6 in: TEIXEIRA, H. A. **No Tempo da GEB (1956-1960) Trabalho e violência na Construção de Brasília**. 1º. ed. Brasília: Thesaurus, p. 37, 1996.

Depoimento ArPDF, **Severino Manoel dos Santos**. 05/11/1990. p. 23 in: TEIXEIRA, H. A. **No Tempo da GEB (1956-1960) Trabalho e violência na Construção de Brasília**. 1º. ed. Brasília: Thesaurus, p. 37, 1996.

Depoimento de Heronildes Guerra de Queiroz. **Programa de História Oral**. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1991, p. 2-4 in: CARDOSO, H. H. P. *Memórias de um trauma: O massacre da GEB (Brasília -1959)*.

Depoimento de Lúcio Costa. **Programa de História Oral**. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1988 in CARDOSO, H. H. P. *Memórias de um trauma: O massacre da GEB (Brasília -1959)*, p.178, 2004.

Depoimento, Ernesto Silva . Correio Braziliense em 27 de janeiro de 1994 in: SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de. **O massacre da Pacheco Fernandes Dantas em 1959: memória dos trabalhadores da construção civil de Brasília**, p. 8, 2014. Disponível em:<<http://unb.revistaintercambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/1251/2053.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO.”*Grave incidente em Brasília*”. Recife, 13/02/1959. Disponível em:<<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

Jornal Cidade Livre, DF- Janeiro de 1977 in: TEIXEIRA, H. A. **No Tempo da GEB (1956-1960) Trabalho e violência na Construção de Brasília**. 1º. ed. Brasília: Thesaurus, p. 23-24, 1996.

Jornal de Brasília, depoimento de Adelaide C. Guimarães 17/04/1979 in: TEIXEIRA, H. A. **No Tempo da GEB (1956-1960) Trabalho e violência na Construção de Brasília**. 1º. ed. Brasília: Thesaurus, 1996. P. 21-22

Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 20 de maio de 1958 in: RIBEIRO, G. L. **O capital da esperança: A experiência dos trabalhadores na construção de Brasília**. 1º. ed. Brasília: Universidade de Brasília, v. I, p.56, 2008.

Jornal O Popular de Goiânia in 10/2/1959 in: SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de. **O massacre da Pacheco Fernandes Dantas em 1959: memória dos trabalhadores da construção civil de Brasília**, p. 10, 2014. Disponível em: <<http://unb.revistaintercambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/1251/2053.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2018

Jornal O Popular de Goiânia 20/02/1959 in TEIXEIRA, H. A. **No Tempo da GEB (1956-1960) Trabalho e violência na Construção de Brasília**. 1º. ed. Brasília: Thesaurus, p. 50, 1996.

O BINÔMIO.”*Polícia de facínoras transformou Brasília em capital do cangaço*. Belo Horizonte, 16 /02/1959. in: SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de. **O massacre da Pacheco Fernandes Dantas em 1959: memória dos trabalhadores da construção civil de Brasília**, p. 10, 2014.

Disponível em: <<http://unb.revistaintercambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/1251/2053.pdf>>
Acesso em: 29 nov. 2018

Raul Bruce, “**A Verdade Sobre Brasília**, DIÁRIO DE BRÁSILIA (1958), RJ, Presidência da república, 1960, p. 210. in cit. TEIXEIRA, H. A. **No Tempo da GEB (1956-1960) Trabalho e violência na Construção de Brasília**. 1º. ed. Brasília: Thesaurus, 1996. Pp. 21-22

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, André Filipe de Oliveira Fernandes, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “*Vida Candanga*: os trabalhadores na construção de Brasília e o massacre da GEB de 1959 - a memória como um campo de disputas” foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Brasília – DF, ____/____/____
